



UNIVERSIDADE FEDERAL DE ALAGOAS
INSTITUTO DE CIÊNCIAS HUMANAS, COMUNICAÇÃO E ARTES
PROGRAMA DE GRADUAÇÃO DE LICENCIATURA PLENA EM HISTÓRIA

DEBORAH RAYANE DA SILVA SANTOS

**A INQUIETUDE DE UM POVO: O MOVIMENTO NEGRO EM ALAGOAS DURANTE A
DITADURA CIVIL-MILITAR (1979-1985)**

Maceió - AL

2024

DEBORAH RAYANE DA SILVA SANTOS

**A INQUIETUDE DE UM POVO: O MOVIMENTO NEGRO EM ALAGOAS DURANTE A
DITADURA CIVIL-MILITAR (1979-1985)**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Curso de História da Universidade Federal de Alagoas, como requisito parcial à obtenção do título de Licenciatura em História.

Orientador: Prof. Dr. Danilo Luiz Marques.

Maceió - AL

2024

**Catlogação na fonte Universidade Federal
de Alagoas Biblioteca Central
Divisão de Tratamento Técnico**
Bibliotecário: Valter dos Santos Andrade – CRB-1251

S237i Santos, Deborah Rayane da Silva.

A inquietude de um povo: o movimento negro em alagoas durante a Ditadura civil-militar (1979-1985) / Deborah Rayane da Silva Santos, Maceió – 2024.

48 f.

Orientador: Danilo Luiz Marques.

Monografia (Trabalho de Conclusão de Curso em História: licenciatura) – Universidade Federal de Alagoas, Instituto de Ciências Humanas, Comunicação e Artes, Maceió, 2024.

Bibliografia: f. 46-48.



UNIVERSIDADE FEDERAL DE ALAGOAS INSTITUTO DE CIÊNCIAS
HUMANAS, COMUNICAÇÃO E ARTES

CURSO DE HISTÓRIA

TERMO DE APROVAÇÃO

O Trabalho de Conclusão de Curso, intitulado “A INQUIETUDE DE UM POVO: O MOVIMENTO NEGRO EM ALAGOAS E A LUTA CONTRA A DITADURA CIVIL-MILITAR” elaborado por Deborah Rayane da Silva Santos foi aprovado por todos os membros da Banca Examinadora, cumprindo as exigências para obtenção do título de Licenciada em História.

BANCA EXAMINADORA:

Prof.(o) Orientador (a): Danilo Luiz Marques

Documento assinado digitalmente
gov.br **DANILO LUIZ MARQUES**
Data: 31/01/2025 10:25:10-0300
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

Prof.(a)1º Examinador (a): Ana Paula da Silva Santana

Documento assinado digitalmente
gov.br **ANA PAULA SILVA SANTANA**
Data: 29/01/2025 15:29:30-0300
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

Prof.(a)2º Examinador (a): Anderson da Silva Almeida

Documento assinado digitalmente
gov.br **ANDERSON DA SILVA ALMEIDA**
Data: 30/01/2025 16:29:58-0300
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

Maceió, Alagoas

07/12/2024

Para Eurides de Oliveira Silva (*in memoriam*).

AGRADECIMENTOS

Agradeço, primeiramente, à minha família, que se manteve ao meu lado ao longo de toda a graduação. Agradeço aos meus pais e à minha madrinha, Mauricélia de Oliveira Silva, José Claudival dos Santos e Luciene Bernardino, por todo amor, incentivo, apoio e investimento. Agradeço também aos meus irmãos: Jorge e Fernando, que sempre se disponibilizaram para me buscar no ponto tarde da noite. Além disso, agradeço à minha prima, Karina Cardoso, por todo o suporte e acolhimento. Também sou grata à minha avó, Eurides de Oliveira Silva, a quem dedico este trabalho e que não está mais presente fisicamente, mas permanece viva em minha memória.

Ao meu orientador, Danilo Luiz Marques, que aceitou essa jornada de bom grado, sempre muito paciente com todos os meus questionamentos e atrasos, e que manteve carinho, zelo e seriedade em todas as etapas deste projeto, serei eternamente grata por todos os ensinamentos compartilhados. Expresso minha gratidão aos professores Anderson da Silva Almeida e Ana Paula Silva Santana por sua participação na banca do meu TCC, enriquecendo o debate com suas competências e expertise.

Quero, também, agradecer à minha professora de História do ensino médio, Josefa Irlane Amorim, por ter sido minha fonte de inspiração e uma grande impulsionadora na escolha do curso de História. Ela me ensinou que sempre vale a pena ir em busca dos nossos sonhos e acompanhou todo o meu percurso, inclusive a escolha do tema deste trabalho.

Agradeço a todos os meus colegas de turma, que viveram comigo os anos mais conturbados e emocionantes de nossas vidas. O adjetivo “corajosos” é o que melhor define nossa turma, tendo em vista que optamos por permanecer firmes em nossos propósitos mesmo em meio ao caos de um governo negacionista. Em especial, agradeço aos meus amigos: Vitória, com quem sempre encontrei acolhimento e alegria; Carla, que me proporcionou sagacidade e leveza; Sara, que demonstrou uma força impressionante, da qual tenho muito orgulho; Joyce, com quem compartilho diversos cenários imaginários divertidíssimos; Ericléssia, que me ensinou a importância de ser flexível e resiliente; e Maycon Douglas, meu companheiro de viagem, que rapidamente se tornou um parceiro para a vida toda. Sou imensamente grata por todas as vezes em que ele se dispôs a estar ao meu lado, desde o momento em que perdi minha avó até as pesquisas na Biblioteca Pública. Sem cada um de vocês, que formaram a melhor rede de apoio que eu poderia ter, essa pesquisa não teria sido possível, e a graduação não teria sido suportável.

(...)

Quem cede a vez não quer vitória

Somos herança da memória

Temos a cor da noite

Filhos de todo açoite

Fato real de nossa história

Se preto de alma branca pra você

É o exemplo da dignidade

Não nos ajuda, só nos faz sofrer

Nem resgata nossa identidade

Identidade (Jorge Aragão)

RESUMO

Durante a ditadura militar, o movimento negro em Alagoas enfrentou desafios significativos, incluindo a repressão do regime autoritário. No entanto, houve resistência e mobilização por parte de ativistas e grupos negros que lutaram contra a discriminação racial. Em Alagoas, destaca-se a Associação Cultural Zumbi (ACZ), que buscou melhores condições de vida e a garantia dos direitos civis para a comunidade negra alagoana. Este trabalho tem como objetivo investigar essa instituição e sua atuação, a fim de compreender sua criação, ascensão e dissolução, bem como o papel desempenhado pelas mulheres negras no movimento e suas especificidades. Essa organização, assim como muitas outras, inspirou-se no Movimento Negro Unificado (MNU), que também teve um papel importante nesse contexto ao promover a conscientização, mobilizar a comunidade e pressionar por mudanças sociais e políticas.

Palavras-chave: Movimento Negro; Ditadura Civil-Militar; Associação Cultural Zumbi; Mulher negra.

ABSTRACT

During the military dictatorship, the Black movement in Alagoas faced significant challenges, including repression by the authoritarian regime. However, there was resistance and mobilization from activists and Black groups who fought against racial discrimination. In Alagoas, the Zumbi Cultural Association (ACZ) stands out, as it sought better living conditions and the guarantee of civil rights for the Black community in the state. This paper aims to investigate this institution and its activities in order to understand its creation, rise, and dissolution, as well as the role played by Black women in the movement and its particularities. This organization, like many others, was inspired by the Unified Black Movement (MNU), which also played an important role in this context by promoting awareness, mobilizing the community, and pushing for social and political change.

Keywords: Black Movement; Civil-Military Dictatorship; Zumbi Cultural Association; Black Woman.

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ACZ	Associação Cultural Zumbi
MNU	Movimento Negro Unificado
TEN	Teatro Experimental do Negro
MUCDR	Movimento Unificado Contra a Discriminação Racial
UFAL	Universidade Federal de Alagoas
SNI	Serviço Nacional de Informações
DCE	Diretório Central dos Estudantes
NEAB	Núcleo de Estudos Afro-brasileiros

SUMÁRIO

1 Introdução	9
2 Mas e a questão do negro? Apontamento sobre o Movimento Negro e Ditadura Civil-Militar	11
3 Um movimento negro em alagoas: a atuação da Associação Cultural Zumbi	21
4 A mulher negra em movimento: feminismo e antirracismo em Alagoas	32
5 Conclusão	42
Referências	44

1 INTRODUÇÃO

A história do povo negro no Brasil é marcada por uma sucessão de lutas e resistências ao longo dos séculos. Desde a diáspora forçada, a escravidão e a abolição, este território tem sido cenário de embates culturais, econômicos e políticos em busca de reparação e equidade. Além disso, há especificidades regionais, sendo Alagoas, inicialmente uma província e depois um estado, um dos focos de muitas dessas lutas, por abrigar um dos lugares mais simbólicos da resistência negra na América do Sul: o Quilombo dos Palmares.

Some-se a isso o fato de o Brasil ter sido o último país do continente americano a abolir a escravidão, em 1888, de maneira desumana e não projetada, como revela Duarte:

O Brasil foi o último país do continente a abolir a escravidão, no dia 13 de maio de 1888. Doravante, essa abolição abandonou milhões de negros e negras “à própria sorte”, e foi seguida por políticas de branqueamento por meio do incentivo a imigração europeia. As culturas africanas e indígenas foram demonizadas com o intuito do apagamento total não só da memória da escravidão, mas de toda a contribuição não branca para o desenvolvimento do país. (DUARTE, 2023, p. 10).

Essa abordagem evidencia o descaso da sociedade da época, apesar de a população negra reivindicar sua liberdade e direitos desde o período colonial. Contudo, a narrativa predominante foi a da suposta “bondade” dos brancos em relação aos negros. O único projeto reservado às pessoas negras foi o apagamento histórico, reforçado pelo embranquecimento promovido ao longo da primeira metade do século XX.

Apesar disso, a luta do povo negro não cessou, dividindo-se entre os campos político e cultural. No âmbito cultural, destacaram-se iniciativas como o resgate da ancestralidade por meio da música, com o samba; da dança, com o bloco Ilê Aiyê; e do teatro, com o Teatro Experimental do Negro (TEN). Posteriormente, essas entidades culturais foram reformuladas, fortalecidas e politizadas, transformando-se ou aliando-se a movimentos sociais em busca de igualdade e denunciando a falsa democracia racial. Tais movimentos também expuseram o racismo velado presente na estrutura social. Durante a ditadura civil-militar, o principal movimento foi o Movimento Negro Unificado Contra a Discriminação Racial (MNU), que ganhou destaque no final da década de 1970.

Alguns estados brasileiros, no entanto, não contavam com filiais do MNU, mas criaram seus próprios movimentos de resistência, como ocorreu em Alagoas com a fundação da Associação Cultural Zumbi (ACZ).

“Minha vida acadêmica e meu ativismo no movimento negro nunca se separam, até porque, concluí o curso de História em 1979, em 1980, entrei na Ufal para lecionar a disciplina Antropologia do Brasil II, que abordava a temática negra brasileira, e no mesmo ano, em agosto, participei do 1º Encontro Nacional sobre o Parque Nacional Zumbi dos Palmares com várias lideranças negras de todo o Brasil. Nesse mesmo ano, junto com um grupo de jovens professores e professoras, criamos a primeira entidade negra em Alagoas, a Associação Cultural Zumbi (ACZ) para denunciar e combater o racismo no Estado, envolvendo-me totalmente no ativismo da causa negra brasileira”, disse Zezito (MONTEIRO, 2022).

Diante de um cenário político nacional conturbado e das tensões locais características de Alagoas, a ACZ se consolidou como um movimento cultural voltado a construção e fortalecimento da memória e ancestralidade negras, combatendo o racismo no estado, principalmente no campo educacional. Não por acaso, a associação sediou o primeiro Núcleo de Estudos Afro-brasileiros do país, tornando-se um exemplo nacional.

No entanto, a ACZ enfrentou críticas por sua atuação tímida no campo político. Além disso, a concentração de suas ações no ambiente acadêmico e a ausência de uma perspectiva popular sobre as questões raciais no estado contribuíram para os conflitos que culminaram no fim do principal movimento negro em Alagoas.

A pesquisa também aborda a atuação das mulheres negras nesses movimentos, especialmente na ACZ, evidenciando a escassez de fontes sobre a temática. Apesar disso, um capítulo foi dedicado a essas mulheres, cuja força foi indispensável para a construção e sustentação de grande parte dos movimentos. Isso reforça a necessidade de elucidar o protagonismo feminino em um período marcado pelo início dos estudos sobre mulheres no Brasil, como pontua a historiadora Maria Carolina Lins da Costa Silva:

No Brasil, apesar de toda repressão policial de estado e fechamento do regime militar à oposição política e às reivindicações dos movimentos sociais, a partir de 1974 opera-se alguma distensão que dá início ao chamado processo de transição democrática. O governo brasileiro vai se integrando aos tratados e convenções internacionais de direitos humanos e, em especial, na agenda internacional sobre as mulheres. É neste contexto que estudos e pesquisas sobre as mulheres brasileiras têm início como parte dessa agenda internacional. (SILVA, 2023. P. 11).

Este trabalho, portanto, propõe-se a traçar um panorama da formação do movimento negro em Alagoas, considerando as adversidades do período da ditadura civil-militar no Brasil e seus desdobramentos na sociedade alagoana entre 1970 e 1988, com ênfase nas demandas propostas e nas lutas organizadas que marcaram a época.

2 MAS E A QUESTÃO DO NEGRO? Apontamento sobre o Movimento Negro e Ditadura Civil-Militar

A criação do Movimento Negro Unificado (MNU) no Brasil ocorreu em meio a inúmeros entraves, o que influenciou a disseminação de suas ideias e sua introdução no território nacional de maneira desigual, tanto em termos temporais quanto em especificidades regionais. Este trabalho propõe-se a discutir a reorganização, atuação e legado de um dos mais importantes movimentos sociais brasileiros do século XX, em Alagoas, durante o período da ditadura civil-militar (1964–1985), com ênfase nos anos finais do regime e na tão aguardada redemocratização do país.

Embora a ditadura civil-militar seja amplamente estudada, a causa dos movimentos negros e suas demandas formativas ainda é pouco abordada, o que deixa lacunas persistentes na historiografia. Nesse contexto, ao destacar as complexas relações de “prioridade” nos debates sobre essa etapa da história brasileira, diversos intelectuais, especialmente negros, têm retomado a análise desse tema. A fim de radicalizar as discussões levantadas pelos movimentos negros, Tairane Ribeiro da Silva (2020) observa que o período da ditadura é, em grande parte, analisado sob a ótica da branquitude¹ brasileira:

O primeiro contato que tive com a temática da ditadura civil-militar, foi na graduação em Licenciatura em História, através de duas experiências importantes para minha carreira: cursar a disciplina de História do Brasil Contemporâneo, onde uma das temáticas tratadas era a ditadura e participar de debates sobre o período em grupos de estudos. Em ambos os espaços, a ditadura aparece como um “acontecimento” de pessoas brancas. Logo, contextualizar a população negra no período se torna fundamental, visto que o racismo institucional atingiu as dinâmicas da ditadura e ainda se apresenta de forma ativa na trajetória dessa população.²

Compreender a trajetória do povo negro no Brasil, a partir do pós-abolição, é fundamental. Historicamente, os negros enfrentaram experiências de luta política — armada ou não — contra a classe dominante. Exemplos notáveis incluem o Quilombo dos Palmares e a Revolta dos Malês, grandes referências de organização e resistência, embora não sejam os únicos. Durante o período inicial da República, a marginalização das demandas da população negra perpetuou o desprezo histórico em relação às suas reivindicações.

¹ “A branquitude como um lugar estrutural de onde o sujeito branco vê os outros, e a si mesmo, uma posição de poder, um lugar confortável do qual se pode atribuir ao outro aquilo que não se atribui a si mesmo”. (Frankenberg, 1999b, pp. 70-101, Piza, 2002, pp. 59-90).

² SILVA, Tairane Ribeiro da. Apontamentos sobre o apagamento da população negra no relatório da Comissão Nacional da Verdade – 2014. 2020. p. 2.

Com este cenário, surgiram as chamadas “entidades” para tratar das causas das “pessoas de cor” em diversos âmbitos sociais, incluindo o que ficaria conhecido como a imprensa negra. Esses movimentos eram essenciais para condições terríveis em que essa classe vivia, marginalizada por um projeto de exclusão social e vítima do racismo, que constituía um dos fatores estruturantes da sociedade brasileira. A esse respeito, o sociólogo Carlos Hasenbalg³ afirmou:

Os negros saídos das senzalas não se incorporavam automaticamente à classe operária e surgia no interior da própria classe operária o preconceito de cor. Ainda hoje, a valorização que se dá ao trabalhador imigrante pretere o negro, conforme mostra estudos feitos pelo sociólogo Florestan Fernandes.⁴

Este contexto histórico inspira grandes pesquisas, embora poucas sejam direcionadas às organizações negras, que, mesmo não tendo um caráter inteiramente político em sua origem, começaram a apresentar inclinações para esse ideal. Ainda que tenham sido necessários infindáveis anos de lutas, os negros no Brasil passaram a constituir, gradativamente, espaços de expressão cultural na sociedade, a ponto de, nos anos 1930, despertarem na branquitude um anseio por remediar a suposta “terrível” condição da miscigenação no país.

Alegam alguns sociólogos o seguinte – Nossa **inferioridade racial**, com relação aos E. Unidos, foi provocada pela **miscigenação** (do latim “**miscere**”, ou seja, mistura). Este entre outras, é o parecer do escritor A. da Silva Melo⁵, no seu “Estudos sobre o negro”.⁶

Guiado por intelectuais como Gilberto Freyre, cujo debate sobre a democracia racial partiu do conceito de miscigenação amplamente divulgado na época, criou-se um cenário no imaginário político e social do país que perduraria por décadas. Assim, sustentava-se a ideia de

³ Carlos Hasenbalg (Buenos Aires, 5 de setembro de 1942 — 5 de outubro de 2014) foi um sociólogo argentino. Grande oficial da Ordem Nacional do Mérito Científico, foi um dos grandes nomes das ciências sociais brasileiras contemporâneas, responsável pela consolidação dos estudos sociológicos sobre racismo, desigualdades raciais e política racial no Brasil moderno.

⁴ Dia da Consciência Negra. Jornal de Hoje, Alagoas, 22 de novembro de 1986. P. 4.

⁵ Antônio da Silva Melo (Juiz de Fora, 10 de maio de 1886 — Rio de Janeiro, 19 de setembro de 1973) foi um cientista, médico, professor e ensaísta brasileiro. Estudou no Instituto Granbery e a seguir ingressou na Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro, cujas aulas frequentou até o terceiro ano, quando se transferiu para Berlim, formando-se em 1914.[2] Especializou-se em Clínica Médica, publicando diversos trabalhos científicos em revistas alemãs. Em 1916 tentou retornar ao Brasil, tendo seu navio sido torpedeado no Mar do Norte, conseguindo salvar-se e voltou para Berlim.

⁶ RITA, E. de S. Uma Raça Aperreada. Jornal Gazeta de Alagoas, Alagoas, 07 de novembro de 1980. p. 4.

que o Brasil precisava ser “salvo” da escuridão representada pelos tons de pele da sua população, promovendo-se o incentivo ao casamento inter-racial, que clarearia o povo brasileiro, tornando-o mais próximo das sociedades consideradas desenvolvidas. Nesse contexto, o historiador Petrônio Domingues analisa:

A mestiçagem historicamente esteve a serviço do branqueamento, e o mestiço seria o primeiro passo desse processo.” Mesmo grupo racial e vice-versa. Por essa concepção, os casamentos interracializados produziam o fenômeno da mestiçagem que, por sua vez, redundariam, a longo prazo, em etnocídio. O discurso nacional pró-mestiçagem era, assim, concebido como uma estratégia da classe dominante para provocar o “genocídio” do negro no país.⁷¹

É cabível inferir que essa tentativa de clareamento (*etnocídio*)⁸ representava uma nova ameaça ao povo negro, que dificilmente cessaria nos anos seguintes. Assim, estabelece-se o cenário em que se encontrava a população negra no Brasil em 1964, período do golpe civil-militar que deu início a uma ditadura de 21 anos. Torna-se, portanto, imprescindível compreender as desvantagens socioespaciais resultantes da discriminação racial, que colocavam os negros em situações de desemprego, subemprego e marginalização, tornando-os vulneráveis aos constantes e diversificados ataques do Estado ditatorial brasileiro.

Nesse contexto, destaca-se o principal norteador do governo em suas relações com a comunidade negra: o mito da “democracia racial”. Durante os anos do golpe, tornou-se indispensável para o país e seus dirigentes projetar ao mundo uma imagem de controle e estabilidade, com o objetivo de legitimar o novo regime internacionalmente. Assim, a narrativa do mito da democracia racial, construída durante a teoria do embranquecimento populacional, foi fortalecida internamente como uma estratégia para sufocar as poucas entidades que resistiram às repressões governamentais, principalmente aquelas de caráter cultural originadas nos setores urbanos majoritariamente negros. Entre essas entidades, destaca-se o movimento Soul, que, posteriormente, seria conhecido como Black Rio⁹ e que continuava a denunciar a discriminação racial no Brasil.

⁷ DOMINGUES, Petrônio. Movimento Negro Brasileiro: alguns apontamentos históricos. Tempo, v. 12, p. 116-117, 2007.

⁸ Assim, pode-se considerar que o etnocídio é o extermínio das características culturais de uma comunidade, podendo levar à sua extinção enquanto grupo. Atualmente, o termo não é visto mais como um sinônimo de genocídio, e alguns teóricos defendem que os membros da comunidade podem até sobreviver este processo, mas perdem totalmente a sua especificidade cultural. Assim, o grupo sofre um processo de assimilação, ou seja, incorporação forçada, na cultura dominante.

⁹ Black Rio ou Movimento Black Rio é um movimento de contracultura que surgiu nos anos 1970 no Rio de Janeiro. Inicialmente inspirado pela revolução da funk music norte-americana, o movimento mistura ritmos da

Contudo, essas ações não se davam de forma pacífica ou sem resistência. Pelo contrário, o Estado estabeleceu códigos sociais específicos para lidar publicamente com a população negra. Um exemplo pode ser observado nos jornais da época, que, ao tratarem das intervenções do governo em ambientes majoritariamente negros, utilizavam o termo *pacificação* para descrever o que, na realidade, eram ações repressivas. Nesse sentido, Gonzalez observa: “Afinal, qualquer aglomeração de negros sempre é encarada como caso de polícia.” (GONZÁLEZ, 1982).

O Estado ditatorial, aliado às classes que relegaram os negros ao ostracismo no pós-abolição e que anteriormente apoiaram o branqueamento populacional como estratégia para eliminar a presença negra de seu horizonte social, manteve a postura durante o regime militar. Suas ações eram justificadas sob a alegação de cumprimento da Lei de Segurança Nacional¹⁰.

Nesse contexto, tornou-se proibido qualquer ato que denunciasse o racismo estrutural na sociedade, principalmente nos chamados “anos de chumbo”. No entanto, o silenciamento imposto pelo Estado não significava o fim das tensões raciais crescentes no corpo social, tampouco indicava uma redução das coibições governamentais. Sobre essa época, Gonzalez reflete: “Discriminação racial? Era proibido falar dessas coisas naqueles anos de ‘milagre’, uma vez que se estaria ferindo a Lei de Segurança Nacional por crime de subversão.” (GONZÁLEZ, 1982, p. 17).

Qualquer ação que indicasse a intenção de questionar ou confrontar o espaço confortável ocupado pela sociedade em relação ao racismo estrutural era prontamente reprimida. As principais redes de comunicação, bem como outros subterfúgios do Estado, entravam em cena com represálias habituais, apagando quase todos os vestígios dessas tentativas. Até no início da década de 1980, eram raros os casos de pessoas públicas que se dispunham a debater abertamente a questão racial. Entretanto, uma fonte excepcional foi encontrada no *Jornal de Hoje* de 1980. Em sua edição de novembro — única naquele mês a abordar o tema racial —, a causa foi mencionada através de declarações do deputado Pacheco Chaves. O parlamentar afirmou:

O deputado Pacheco Chaves (PMDB – SP), depois de relatar diversos episódios, constatando o uso de artificiosa, “seleção de brancos”, principalmente no seu Estado, disse parecer que a Lei Afonso Arinos será desrespeitada enquanto existir uma pessoa

chamada “black music brasileira”, como funk, soul, jazz, samba e forró.[1] Segundo o jornalista Luiz Felipe de Lima Peixoto, co-autor, ao lado de Zé Octavio Sebadelhe, do livro “1976 – Movimento Black Rio” (Editora: José Olympio) “o Black Rio adentrou no cenário carioca e brasileiro como um movimento de anseio musical, mas também político, cultural e intelectual”.

¹⁰ GONZALES, Lélia. HASENBALG, Carlos. Lugar de Negro – Rio de Janeiro: Marco Zero. 1982. p. 17.

considerada “de cor” nos centros urbanos. Em sua opinião, nada justifica a protelação, pela justiça, dos processos em que são envolvidas pessoas consideradas “de cor”.¹¹

Essa proibição de debater abertamente o racismo estava intimamente ligada à necessidade do regime de projetar internacionalmente uma imagem de boas relações raciais entre seu povo. Assim, não seria interessante para o Estado que a precariedade da vida da população negra viesse à tona. Sobre isso, Gonzalez é enfática: “O trabalhador negro desconheceu os benefícios do ‘milagre’”. Essa narrativa reforça a importância de compreender as desigualdades dentro da população negra.

Pesquisadores destacam as diferenças entre o negro que “ascendia” à classe média, sendo constantemente discriminado e lembrado de sua cor, mesmo ao acessar espaços anteriormente negados a ele, e o negro pobre, pertencente à classe trabalhadora, que muitas vezes se envolvia primeiro na luta proletária antes de despertar para as questões raciais, ao perceber a ausência de pautas que atendiam às suas necessidades. Sobre isso, Hasenbalg afirma:

As transformações da estrutura social, aceleradas a partir do fim da primeira guerra mundial através da urbanização e a industrialização, produz três resultados: a) a concentração de grandes massas de cor no proletariado urbano, b) o aumento da diferenciação interna do grupo de cor em estratos e classes diversas e c) o surgimento de problemas novos de mobilidade e ascensão social para o conjunto do grupo, particularmente para seu estrato superior. [...] O preconceito e a discriminação que não tinham razão de ser no padrão tradicional das relações raciais, aparecem agora para reconduzir a seu lugar o negro que historicamente sai do lugar que tradicionalmente ocupava no sistema das relações raciais.¹²

Dessa maneira, fica evidente a construção de um mecanismo de imobilismo social para a população negra, enquanto o mito da “paz entre as raças” era sustentado pelo governo. Durante a ditadura civil-militar, o cerceamento imposto à comunidade negra erigia barreiras sociais, mesmo para aqueles que conseguiam ascender. Um exemplo notório foi o uso do Futebol como ferramenta simbólica. A seleção brasileira da Copa de 1970, internacionalmente celebrada, foi utilizada pelo regime para consolidar a narrativa de uma democracia racial, com Pelé, um homem negro, representando o orgulho nacional. Contudo, essas situações não se repetiram com frequência, e as seleções seguintes passaram por um processo de “clareamento”. Isso levou a questionamentos como o de Paiva Neto: “E na seleção brasileira? Coincidência ou

¹¹ Chaves Condena o Racismo no Brasil. Jornal de Hoje, Alagoas, 05 de novembro de 1980. p. 1.

¹² HASENBALG, C. & Silva, N. V. (1999), "Educação e diferenças raciais na mobilidade ocupacional". In: HASENBALG, C.; SILVA, N. V. & LIMA, M. (orgs.), Cor e estratificação social. Rio de Janeiro, p. 73.

não, até a seleção brasileira de futebol embranqueceu. Será que há outros enrustidos na Nova República?!” (Jornal Gazeta de Alagoas, 1985. P. 7).¹³

Criava-se, portanto, uma atmosfera de benefícios temporários, voltada para atender aos objetivos governamentais, mas que, uma vez alcançados, eram descartados. Para a população negra da classe trabalhadora, o tratamento era marcado pelo desprezo, evidenciado pelas desigualdades econômicas que afetavam a moradia, a educação e a segurança. Essa realidade era comum em todo o território nacional, e Maceió se destaca como um exemplo expressivo dessas desigualdades, especialmente no que diz respeito aos tipos de trabalho atribuídos à população negra da capital alagoana. A historiadora Irineia Maria Franco dos Santos esclarece, em sua pesquisa:

Desde o início do século, a população negra em Maceió manteve um fluxo constante de migrações entre os interiores e a capital, principalmente acompanhando a rota fluvial do Rio São Francisco. A maior parte dela sobrevivia (ainda hoje sobrevive) do trabalho nas usinas de cana-de-açúcar e mais ainda da pesca, do artesanato e do pequeno comércio. [...] Tal simplicidade seria o resultado da pobreza econômica vivida pela população negra de Maceió e no Estado.¹⁴

Com isso, não é ingênuo conceber a construção de mecanismos que envolviam todos os setores relacionados à população negra, sufocando suas reivindicações para reforçar a narrativa da democracia racial vendida internacionalmente. A segregação socioespacial tornava-se, assim, um artifício imprescindível do Estado para impedir que os negros ocupassem espaços onde poderiam, por exemplo, questionar ou lutar pelos direitos de sua comunidade. Essa realidade não passou despercebida pelos Movimentos Negros Brasileiros, que começaram a se reorganizar nos anos 1970. Paiva Neto reflete sobre essa problemática:

Todos se mostram justamente indignados contra o cruelíssimo “apartheid” da África do Sul, condenado por qualquer um que não seja demente. Como exclamam os jovens: Tudo bem!... Mas não podemos esquecer que, de alguma forma, temos uma espécie de “apartheid” doméstico disfarçado “às nossas barbas”. E evidentemente que a coisa lá é selvageria pura. Contudo, cá no nosso Brasil, que vemos? Muitas manifestações, protestos, encontros, desencontros... Entretanto, os negros continuam “avis raras” nos governos, nos parlamentos, a frente de instituições civis, militares e religiosas, no comando de grandes e pequenas empresas, em papéis de destaque na televisão, no cinema e no teatro, na cátedra na universidade, em tantos importantes setores, que se me desse a pachorra de relacioná-los, preencheria laudas e mais laudas interminavelmente.¹⁵

¹³ E na seleção brasileira? Jornal Gazeta de Alagoas, 1985. p.

¹⁴ SANTOS, Irineia Maria Franco dos. “Nos domínios do Xangô”: Religiões Afro-brasileiras em Alagoas e a memória do Quebra de Xangô (1912-1980)”, p. 6.

¹⁵ “APARTHEID” LÁ E “APARTHEIDS” CÁ. Jornal Gazeta de Alagoas. Alagoas, 22 de novembro de 1985. p. 7.

Diante desse cenário, pode-se compreender algumas das escolhas estratégicas do Movimento Negro em Alagoas durante a década de 1980. Essas estratégias incluíam o apoio a manifestações e greves de outros movimentos ou segmentos sociais, especialmente aqueles vinculados à classe trabalhadora — composta em grande parte por pessoas negras cujos direitos eram constantemente violados de forma mais acentuada do que os de outros grupos. Essa aliança estratégica resultava em trocas de apoio mútuo. A título de exemplo:

Os professores da Universidade Federal de Alagoas, vão realizar hoje nova assembleia geral, quando marcarão a data e o local do ato público que promoverão na próxima semana. Ontem, eles estiveram reunidos no Centro de Ciências Biológicas, onde discutiram a situação atual do movimento, e receberam apoio dos líderes do Movimento Negro pertencente ao Memorial Zumbi.¹⁶

A marginalização da população negra não era uma problemática restrita a Alagoas, mas algo presente em várias regiões do Brasil. O descaso com que a questão racial era tratada por outros movimentos ou instituições que lutavam contra a ditadura evidenciava a necessidade de organização autônoma, como ocorreu com a criação do Movimento Negro Unificado (MNU) em 1978. Essa iniciativa foi o resultado da reorganização de diversas entidades que deram forma aos Movimentos Negros no Brasil, como o Grupo Palmares (1971) e o Ilê Aiyê (1974), cujos ideais foram assimilados e reforçados por meio de alianças que conferiam ao movimento negro um caráter quase onipresente nas lutas revolucionárias da época. Como afirma Domingues: “A estratégia que prevaleceu no movimento foi a de combinar a luta do negro com a de todos os oprimidos da sociedade”.

Dessa forma, é evidente o andamento desse projeto alinhado à luta dos docentes da Universidade Federal de Alagoas, como exemplificado no I Simpósio Nacional Sobre o Quilombo dos Palmares, que se tornou palco de negociação entre esses cenários conflitantes:

Desta forma, o reitor João Azevedo, tentará manter diálogo com os professores e encontrará uma fórmula que os traga de volta às aulas. Ontem, ele encerrou o I Simpósio Nacional Sobre o Quilombo dos Palmares, no auditório da Reitoria, que registrou a participação de grande número de pessoas.¹⁷

Essa assertividade na execução do método evidencia a influência do movimento negro no cenário educacional brasileiro. Durante esse período, o movimento negro passou a intervir

¹⁶ Professores realizam nova assembleia hoje. **Jornal de Hoje**. Alagoas, 20 de novembro de 1981. p. 3.

¹⁷ UFAL garante não punir os professores grevistas. **Jornal de Hoje**. Alagoas, 21 de novembro de 1981. p. 1.

amiúde no terreno educacional (DOMINGUES, 2007, p. 115). Assim, compreende-se o caráter educador que o MNU assumiu, e que não se limitou àquela época. Contudo, essa estratégia não foi aceita por todos os segmentos revolucionários, pelo menos não sem discriminação, como se observa na fala de D. Miguel:

O que o catolicismo não aceita disse, são as formas pelas quais os negros expandem seus sentimentos. O politeísmo não é verdadeiro porque mistifica e deturpa a verdadeira imagem do ser superior que rege a vida e a morte. Dom Miguel frisou que os negros têm suas razões para acreditar nesse politeísmo como dogma, mas o contexto, em si, é muito animista.¹⁸

Essa fala revela uma discriminação velada, numa tentativa de limitar a extensão das pautas e da liberdade de seu cumprimento dentro do Movimento Negro, principalmente no campo da religiosidade. Apesar de representar um obstáculo, ela não altera a solidez das demandas do movimento negro em Alagoas. Na verdade, reforça a busca por uma representação histórica que evidencie a intolerância de instituições cristãs em relação à história das religiões afro-brasileiras no estado, além de admoestar sobre o verdadeiro caráter da necessidade revolucionária dos negros, como expressado por Hilda dos Santos¹⁹:

Hilda dos Santos, tradicional negra baiana, sentiu que, a partir de agora, a consciência da população estará mais voltada para o problema que afeta os negros, a discriminação racial. Segundo ela, todos tem os mesmos direitos e deveres e não há razão para esta distinção entre brancos, mestiços e negros. Não é a cor da pele que decide o futuro de um povo e sim a capacidade e a inteligência, dons divinos e iguais”, frisou.²⁰

Assim, torna-se evidente a importância de compreender as reivindicações do movimento negro, que surgiram das variadas necessidades da comunidade negra, adaptaram-se ao contexto e foram ecoadas por todo o território nacional. Essas demandas, de acordo com Domingues, eram as seguintes:

No Programa de Ação, de 1982, o MNU defendia as seguintes reivindicações “mínimas”: desmistificação da democracia racial brasileira; organização política da população negra; transformação do Movimento Negro em movimento de massas;

¹⁸ D. Fanelon diz que a igreja não discrimina. **Jornal Gazeta de Alagoas**. Alagoas, 21 de novembro de 1981. p. 5.

¹⁹ Nascida em [Salvador](#), em 1923, Hilda Dias dos Santos, a Mãe Hilda foi uma yalorixá, ativista, educadora e figura determinante na criação do bloco afro Ilê Aiyê. Conselheira e líder, Mãe Hilda abriu as portas de seu terreiro não só para o primeiro bloco afro do Brasil, mas também para educar as crianças do bairro e marcou época em defesa das tradições africanas.

²⁰ A delegação da Bahia foi a mais numerosa. **Jornal Gazeta de Alagoas**. Alagoas, 21 de novembro de 1981. p. 5.

formação de um amplo leque de alianças na luta contra o racismo e a exploração do trabalhador; organização para enfrentar a violência policial; organização nos sindicatos e partidos políticos; luta pela introdução da História da África e do Negro no Brasil nos currículos escolares, bem como a busca pelo apoio internacional contra o racismo no país.”²¹

A partir da organização política dos negros, pôde-se perceber a construção que levou às demais reivindicações, iniciando com a desmistificação da democracia racial, que se provou uma falácia, a busca pelo seu fim se deu por meio da educação e a aliança com outros movimentos políticos da época. Dessa forma, o MNU consolidou-se como uma das principais organizações populares na luta da comunidade negra contra a ditadura civil-militar, com particularidades em cada estado do país, mas comprometendo-se com a luta contra o racismo em todo o território nacional. Isso fica evidente na carta convocatória para o ato público contra o racismo, citada por Lélia Gonzalez:

Nós, Entidades Negras, reunidas no Centro de Cultura e Arte Negra no dia 18 de junho, resolvemos criar um Movimento no sentido de defender a Comunidade Afro-Brasileira contra a secular exploração racial e desrespeito humano a que a Comunidade é submetida. Não podemos mais calar. A discriminação racial é um fato marcante na sociedade brasileira, que barra o desenvolvimento da Comunidade Afro-Brasileira, destrói a alma do homem negro e sua capacidade de realização como ser humano. O Movimento Unificado Contra a Discriminação Racial foi criada para que os direitos dos homens negros sejam respeitados. Como primeira atividade, este Movimento realizará um Ato Público contra o Racismo, no dia 07 de julho às 18:30 horas, no Viaduto do Chá. Seu objetivo será protestar contra os últimos acontecimentos discriminatórios contra negros, amplamente divulgados pela Imprensa. Não podemos mais aceitar as condições em que vive o homem negro, sendo discriminado da vida social do país, vivendo no desemprego, subemprego e nas favelas. Não podemos mais consentir que o negro sofra as perseguições constantes da polícia, sem dar uma resposta.²²

Dessa forma, a reconfiguração das leis tornou-se indispensável para a construção de um país mais igualitário e comprometido com o combate à discriminação racial. Por isso, foi difundida a necessidade de inclusão do MNU na construção da nova Constituição de 1988, que encerraria o período da ditadura, mas inauguraria uma nova era democrática, com a esperança de ser mais participativa. Foi criada, então, a Comissão de Estudos Constitucionais, com a presença do professor Hélio Santos, na época presidente da comunidade negra de São Paulo. Ele declarou:

²¹ DOMINGUES, Petrônio. Movimento Negro Brasileiro: alguns apontamentos históricos. Tempo, v. 12, p. 116-117, 2007.

²² GONZALES, Lélia. HASENBALG, Carlos. Lugar de Negro – Rio de Janeiro: Marco Zero. 1982. P. 43

Sobre a discriminação racial no Brasil, Hélio Santos disse “que é um componente cultural. Seria ilusão achar que a lei escrita iria acabar com o racismo. Temos que, com a nova Constituição reverter esse comportamento, levando aos 1º, 2º e 3º graus disciplinas que deem ênfase a nossa multirracialidade, neste País que é grande e forte”.²³

Com relação às ações do movimento negro no estado de Alagoas, elas realmente ocorreram no início da década de 1980, principalmente com a atuação do Memorial Zumbi, a partir das reivindicações pelo tombamento da Serra da Barriga, um marco de importância nacional na história afro-brasileira:

A construção do Memorial Zumbi é uma das maiores reivindicações da comunidade negra e faz parte de uma luta desenvolvida desde 1980, quando se constituiu a Sociedade Civil Memorial Zumbi e teve início o trabalho de tombamento da Serra da Barriga.²⁴

Portanto, para compreender a trajetória do movimento negro no Brasil, é necessário abordar os aspectos fundamentais da sociedade brasileira e suas problemáticas em relação ao povo negro, que contribuiu de diversas formas para a constituição desse país. Contudo, a população negra vinha sofrendo com a discriminação racial, fruto de uma sociedade escravista que realizou uma abolição não planejada por pessoas negras, para pessoas negras e que, ao decidir como tratar a Questão do Negro, optou por escondê-la por meio do mito da democracia racial. Isso fez com que a população negra tomasse as rédeas de sua narrativa a partir de organizações políticas que se fundiram para a criação do MNU e suas reivindicações, tornando Alagoas um lugar de disputa pela narrativa histórica e cultural, por abrigar a Serra da Barriga, um local de lutas ancestrais para a população negra da América Latina.

²³ Direitos Sociais do povo precisam de reconceituação, afirma prof. Hélio Santos. *Jornal de Hoje*. Alagoas, 20 de novembro de 1985. p. 2.

²⁴ Tombamento da Serra da Barriga: o grande acontecimento cultural. **Jornal de Hoje**. Alagoas, 19 de novembro de 1985. p. 2.

3 UM MOVIMENTO NEGRO EM ALAGOAS: a atuação da Associação Cultural Zumbi e a Serra Barriga.

A partir da leitura de diversos textos impressos, na síntese presente neste capítulo, pode-se compreender a escolha de focar em um elemento crucial na atuação do movimento negro em Alagoas, com o Memorial Zumbi e o Tombamento da Serra da Barriga. Esse momento representa um ganho para as organizações políticas negras do país e marca o lugar de concentração da principal organização política negra no Estado de Alagoas, a Associação Cultural Zumbi.

O período da ditadura civil-militar no país e sua repressão a qualquer tipo de organização que demonstrasse resistência ao regime se beneficiava de um fator que vigorou intacto por anos: a chamada desmobilização em massa. Era entendimento do sistema ser indispensável para os movimentos sociais obter apoio popular. Para isso, as mobilizações urbanas, como protestos, greves e passeatas, eram necessárias. Mas, tornavam-se inviáveis à medida que eram desencorajadas pelas repressões estatais. Contudo, explica Roberto: “Aquele processo de abertura política do governo Figueiredo propiciou a condição de renascimento de vários movimentos sociais que estavam reprimidos pelo processo de repressão política.” (J. Roberto — 11/ 01/ 2003). Juntamente com a necessidade de obter maior visibilidade para a causa negra, isso foi o que motivou lideranças de diversas organizações a saírem às ruas para lutar contra a discriminação racial de maneira unificada, processo que deu origem ao Ato Público de Fundação do MUCDR em 1978.

Fazemos um convite especial a todas as entidades negras do país, a ampliarem nosso movimento. As entidades negras devem desempenhar o seu papel histórico em defesa da Comunidade Afro-Brasileira; e, lembramos, quem silencia consente.²⁵

Esse momento marca o processo de escolha dos objetivos da organização e como ela seria caracterizada diante dos demais movimentos que lutavam contra o regime ditatorial. Dessa forma, sob essa égide, foi estabelecida a simbologia que levaria a imagem e representaria os ideais do Movimento.

Todavia, ao invés de se contentarem em copiar passivamente as categorias, símbolos e estratégias das lutas internacionais, os ativistas e suas lideranças cuidaram de recriá-los à luz das peculiaridades de nossa realidade sócio-histórico-cultural, a exemplo de

²⁵ GONZÁLEZ, Lélia. HASENBALG, Carlos. Lugar de Negro – Rio de Janeiro: Marco Zero. 1982. p. 43.

Zumbi como herói nacional (Cardoso, 1986; Saillant e Araújo, 2006). Tanto é assim que pesquisadores estrangeiros, ao analisarem as mobilizações nacionais desse período, decepcionam-se por estas não tomarem como modelo ações bem-sucedidas em seus países da luta pelos direitos civis (Bairros, 1996).²⁶

Contudo, cabe entender a importância que a Serra da Barriga tem para os Movimentos Negros Brasileiros. É sabido que, durante o período escravocrata, existiram inúmeras formas de luta e resistência contra o regime. Os negros, em favor de manter sua identidade, exportaram, de Angola, no processo de diáspora²⁷ forçada, a concepção de Quilombo: “instituição representadas pelos próprios indivíduos num arranjo de 5 ou mais pessoas.” (NASCIMENTO, 1976, p. 43). Dessa forma, será evidenciada, na primeira parte deste capítulo, a visão da historiadora e ativista dos direitos humanos, dos negros e das mulheres, professora Maria Beatriz do Nascimento, e sua determinante contribuição para a compreensão do que o Quilombo representa na história do negro no Brasil.

Mas, para falar de Zumbi, é necessário compreender sua vivência, principalmente no que tange a Palmares, enquanto Quilombo. A relevância do entendimento do que é um Quilombo e a força de sua representação na história negra nacional está intimamente ligada às demandas pautadas no *1 Simpósio Nacional sobre o Quilombo dos Palmares*, em 1981. Como salienta a historiadora Tâmara Duarte em sua pesquisa: Durante o evento, o movimento social negro protagonizou uma série de discussões e reivindicações em relação ao processo que viria ser o Memorial Zumbi e, posteriormente, resultaria no tombamento da Serra da Barriga, em 1985 (DUARTE, 2023, p. 15).

Com a participação do senador Teotônio Vilela e do deputado estadual Jorge Quintela como debatedores, em início no dia 16 de novembro, segunda-feira, no auditório Guedes de Miranda Reitoria, 1º Simpósio Nacional sobre Quilombo dos Palmares, promoção da Universidade Federal de Alagoas através do Centro de Estudos Afro-brasileiro e do Projeto Zumbi. Estão confirmadas as participações do cineasta Carlos Diegues, da socióloga Lélia Gonzalez, do deputado federal Carlos Santos, do Rio Grande do Sul, do historiador Décio Freitas e do escritor Ariano Suassuna. Os temas debatidos durante o Simpósio serão “Problemas Teóricos e Metodológicos da História de Palmares”; “Problemas Teóricos e o Legado de Palmares”; “A Formação Social Palmarina”; “Significação de Palmares para os Negros Brasileiros” e “Palmares na História Brasileira”.²⁸

²⁶ Rios, Flávia. O protesto negro no Brasil contemporâneo (1978-2010). Lua Nova. p. 46 e 47.

²⁷ A diáspora africana é o nome dado a um fenômeno caracterizado pela imigração forçada de africanos, durante o tráfico transatlântico de escravizados. Junto com seres humanos, nestes fluxos forçados, embarcavam nos tumbeiros (navios negreiros) modos de vida, culturas, práticas religiosas, línguas e formas de organização política que acabaram por influenciar na construção das sociedades às quais os africanos escravizados tiveram como destino. Estima-se que durante todo período do tráfico negreiro, aproximadamente 11 milhões de africanos foram transportados para as Américas, dos quais, em torno de 5 milhões tiveram como destino o Brasil.

²⁸ Teotônio participa do Simpósio sobre “Quilombos dos Palmares”. **Jornal de Hoje**. 14 de novembro de 1981. p. 5.

Essas discussões geram múltiplas interpretações a respeito desse fenômeno de resistência ao longo da história. Com relação a isso, Nascimento destaca a colocação de Flamarion²⁹, que descreve o conceito como “brechas no sistema escravista”. No entanto, para a pesquisadora, o entendimento dessa ação única à colônia portuguesa revela uma rica fonte de experiências nacionais no processo de diáspora vivido pelo povo africano nas terras chamadas de Brasil, que não se limita a essa única conotação. A isso, pode-se acrescentar:

Como antes tinha servido de manifestação reativa ao colonialismo de fato, em 1970 o quilombo volta como código reagente ao colonialismo cultural, reafirma a herança africana e busca um modelo brasileiro capaz de reforçar a identidade étnica.³⁰

Essa colocação, portanto, revela todo um panorama de engendramento social, atravessando as principais esferas da sociedade brasileira contrárias ao regime ditatorial da década de 1970. Com foco nas experiências de pessoas negras, essas lutas se assemelham às lutas instituídas em Palmares, séculos antes. Tal visão foi fundamental para a escolha de Zumbi enquanto figura heroica do povo negro e o Quilombo dos Palmares como referência para a construção de um país verdadeiramente livre do sistema discriminatório, conforme evidenciado nos discursos do I Simpósio sobre o Quilombo dos Palmares, realizado na UFAL em 1981:

Os integrantes do Memorial Zumbi, informaram ontem que pretendem construir um monumento no local em que existiu a Capital do Estado Negro e democrático de Palmares, na Serra da Barriga, e torná-la um local permanentemente de peregrinação e encontro “de todos os brasileiros que lutam, sem preconceitos pela democracia”. Definindo a data de hoje, os negros disseram que “comemora a vitória da vida sobre a morte, da liberdade sobre a escravidão e de democracia racial sobre o racismo”.³¹

Outrossim, a escolha do 20 de novembro como data rememorativa da consciência negra e de Zumbi dos Palmares como representação heroica da liderança do povo negro é significativa, especialmente em relação ao 13 de maio. Essa data revelava o escrutínio com que as lutas dos movimentos negros eram tratadas neste país, desde antes de sua concepção política. Isso demonstra que tais mecanismos estavam estruturados desde a gestação da colônia, a partir da escravidão, invisibilizando as lutas. Séculos depois, o Estado atribuiu a responsabilidade do

²⁹ Ciro Flamarion Santana Cardoso (Goiânia, 20 de agosto de 1942 — Rio de Janeiro, 29 de junho de 2013) foi um historiador brasileiro.

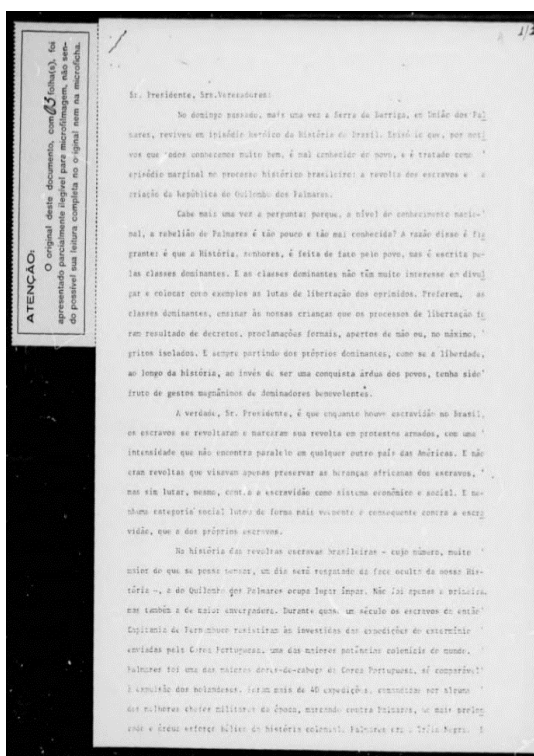
³⁰ NASCIMENTO, Beatriz. O conceito de quilombo e a resistência cultural negra. In: RATTIS, Alex. Eu sou Atlântica. p. 47.

³¹ Professores Seguem em Greve com apoio de Movimento Negro. **Jornal de Hoje**. Alagoas, 20 de novembro de 1981. p. 1.

fim da escravidão à Princesa Isabel, e não aos inúmeros conflitos políticos, armados e identitários do povo negro ao longo da história. Sobre isso, Flávia Rios acrescenta:

Nessa investida agressiva contra o 13 de maio, o movimento não sepultava apenas uma data comemorativa alusiva à liberdade dos negros: introduzia-se na cena histórica um novo marco reivindicatório, que tinha em seu horizonte o igualitarismo. É nesse sentido que o movimento negro ergue a figura de Zumbi como símbolo da resistência negra. Não se trata apenas da troca simbólica de uma princesa branca por um guerreiro palmarino. Houve, em verdade, a assunção do tema da igualdade como bandeira política. A marcha da história fazia coro ao poema de Oswald de Camargo, cuja crítica ganhava eco nas lutas políticas de então: “já não há mais razão para chamar as lembranças e mostrá-las ao povo em maio”. É como se todos dissessem uma só voz: aqui jaz a Senhora Liberdade.³²

As reflexões a respeito da urgência em consolidar o 20 de novembro em contraponto ao 13 de maio também foram evidenciadas nos encontros das lideranças dos movimentos em Alagoas, na fala de José Paiva Neto e nos documentos do SNI³³: “A princesa Isabel assinou a Lei Áurea, libertando ‘no papel’ os cativos. Por que somente ‘no papel?!’, alguém perguntaria”.³⁴



³² Rios, Flávia. O protesto negro no Brasil contemporâneo (1978-2010). Lua Nova. p. 54 e 55.

³³ O Serviço Nacional de Informação (SNI) foi criado, em 13 de junho de 1964, com a instauração do Regime Militar (1964-1985), visando centralizar na presidência da República o controle das informações referentes à segurança nacional. A validade legal do SNI foi conferida pela Lei n°. 4.341 que determinou como finalidade do órgão a superintendência e a coordenação das informações e contrainformações atinentes à segurança nacional em todo território brasileiro (Cf. Art. 2º, Lei 4.341/1964).

³⁴ Lei Áurea. **Jornal de Hoje**. 17 de novembro de 1986. p. 4.

Discurso proferido pela vereadora Jarede Viana (PMDB), na sessão plenária da Câmara Municipal de Maceió, em 22 de novembro de 1983. p. 1.

No trecho destacado do discurso:

“{...} cabe mais uma vez a pergunta: Por que, a nível de conhecimento nacional, a rebelião de Palmares é tão pouco e tão mal conhecida? A razão disso é flagrante: é que a História, senhores, é feita de fato pelo povo, mas é escrita pelas classes dominantes. E as classes dominantes não têm muito interesse em divulgar e colocar como exemplo as lutas de libertação dos oprimidos. Preferem, as classes dominantes, ensinar as nossas crianças que os processos de libertação foram resultados de decreto. Proclamações formais, apertos de mão, ou no máximo, gritos isolados. E sempre partindo dos próprios dominantes, como se a liberdade, ao longo da História, ao invés de ser uma conquista árdua dos povos, tenha sido fruto de gestos magnânimos de dominadores benevolentes.”

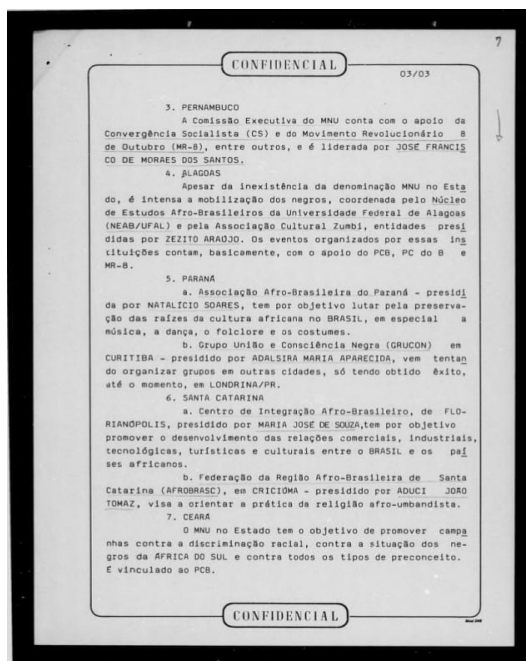
Percebe-se a importância na reafirmação da conquista dos direitos a partir da luta do povo negro, em detrimento da falácia da benevolência de uma branquitude que foi capaz de construir um sistema social e econômico baseado na exploração do homem a partir da diferença da cor da pele. Portanto, a disputa que se iniciava naquele momento era a disputa pela narrativa, a qual os movimentos negros sabiamente se apoderaram.

É a partir dessas necessidades que as organizações sociais negras, incluindo o MNU, estabelecem um ponto de encontro anual de debate e resgate da ancestralidade e da luta negra, na Serra da Barriga, localizada em União dos Palmares, Alagoas. Na época, a região abrigava a Associação Cultural Zumbi, criada em 1979, como evidencia Duarte:

Em decorrência de um episódio de racismo envolvendo Marcelino Dantas, negro e estudante de medicina da UFAL, que foi convidado a se retirar de um baile no Clube Fênix Alagoana. Na época, Vanda Menezes foi chamada para uma reunião para discutir isso. Foram 33 pessoas: duas mulheres e 31 homens, que se reuniram na UFAL, porque Zezito Araújo, professor do curso de História e que viria a ser um dos fundadores da ACZ, já estava na universidade.³⁵

O registro da existência e atuação da organização nos documentos do SNI também está presente:

³⁵ DUARTE, Tâmara Elizabeth do Nascimento. Memorial Zumbi: o movimento negro e o I Simpósio Nacional sobre o Quilombo dos Palmares (1981). 2023. P. 34.



Pedido de Busca: Movimento Negro Unificado. Audiência com Ministério de Estado das Relações Exteriores. p. 9.

Como pode ser observado no trecho:

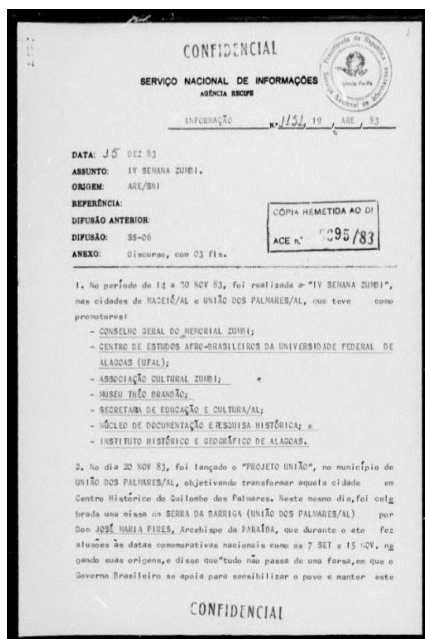
“{...} 4. Alagoas: Apesar da inexistência da denominação MNU no estado, é intensa a mobilização dos negros, coordenada pelo Núcleo de Estudos Afro-Brasileiros da Universidade Federal de Alagoas (NEAB/UFAL) e pela Associação Cultural Zumbi, entidades presididas por ZEZITO ARAÚJO. Os eventos organizados por essas instituições contam, basicamente, com o apoio do PCB, PC do B e MR-8.”

Apesar de curto, este trecho apresenta uma síntese das instituições ligadas à causa negra e determina seu funcionamento e linha de apoio, ou seja, a vigilância mantinha-se constante.

Embora o episódio de racismo tenha sido o estopim para iniciar a organização, ele não foi o único fator que contribuiu para a criação da ACZ. Ela surge, portanto, como resultado da presença de várias organizações políticas no estado, devido à aglutinação nacional em torno da história de Palmares:

“(...) nos anos 80, quando o movimento se organizou, inclusive ele surgiu como resultado da presença de vários segmentos negros do Brasil aqui. A Universidade Federal de Alagoas, na década de 80 (...) fez um grande evento aqui para discutir a Serra da Barriga e nisso estavam presentes vários representantes do movimento negro no Brasil (...) como o próprio MNU, os Negrões da Bahia, o movimento Alma Negra do Amazonas (...)”. (Zezito — 15/ 01/ 2003).

Esses encontros continuaram a ocorrer durante a semana do 20 de novembro ao longo de toda a década de 1980, como pode ser verificado no documento:



Relatório sobre a IV Semana Zumbi em União dos Palmares. p. 1.

O que se observa no seguinte fragmento:

"{...} 1. No período de 14 a 20 de nov. 83, foi realizado o "IV SEMANA ZUMBI", nas cidades de MACEIÓ/AL e UNIÃO DOS PALMARES/AL QUE TEVE COMO PROMOTORES: - CONSELHO GERAL DO MEMORIAL ZUMBI; - CENTRO DE ESTUDOS AFRO-BRASILEIROS DA UNIVERSIDADE FEDERAL DE ALAGOAS (UFAL); - ASSOCIAÇÃO CULTURAL ZUMBI; - MUSEU THÉO BRANDÃO; - SECRETARIA DE EDUCAÇÃO E CULTURA/AL; - NÚCLEO DE DOCUMENTAÇÃO E PESQUISA HISTÓRICA; e - INSTITUTO HISTÓRICO E GEOGRÁFICO DE ALAGOAS."

A partir disso, as reflexões teóricas a respeito do racismo na comunidade alagoana se ampliaram, e o desejo de combater a discriminação racial passou a se materializar, tomando forma a partir da criação e atuação de algumas entidades, sendo a ACZ a mais expressiva. Sua atuação foi marcante em diversas esferas culturais e sociais.

A Associação Cultural Zumbi era um grupo político. Era um movimento político, que revolucionou aquela cidade e o estado como um todo. Foi a Associação Cultural Zumbi que constituiu o Memorial Zumbi, que brigou para tombar a Serra, para desapropriar a Serra. Foi a Associação Cultural Zumbi. A gente constitui a ACZ, logo depois, em 1981, se faz o primeiro Neabi, Núcleo de Estudos Afro-brasileiros da universidade. Em fevereiro de 1981, a Associação cultural se constitui em uma organização com estatuto, passado em cartório. Era responsável pelos 20 de novembro, se tornando a referência. Depois surgem outras entidades, e depois se começam muitos grupos culturais: bandas, grupos de capoeira, de dança afro. Mas

tendo sempre na Associação Cultural Zumbi o porto seguro. A discussão política era com a associação. Nos anos 90 acontece a desarticulação da Associação cultural.³⁶

Com isso, é possível entender que a ACZ foi indispensável para a manutenção da luta pela construção do Memorial Zumbi e pelo tombamento da Serra da Barriga, principalmente devido à sua proximidade territorial e à sua ligação com o MNU de Salvador, ao longo dos anos. No entanto, essa luta não foi linear; muitos militantes relataram ataques e dificuldades ao reivindicar as terras. Além disso, surgia a problemática do “Parque Zumbi”, que distorcia os objetivos reais dos Movimentos Negros Nacionais ao focar no turismo da região, em vez de reconhecer sua importância como um marco histórico territorial. Graças à militância ferrenha, o Memorial Zumbi foi criado e mantido, com foco em sua representação social negra no Brasil.

Contudo, a atuação da ACZ também apresentou algumas controvérsias. Isso porque o movimento teve início dentro da academia, através de intelectuais negros do estado, que se reuniram para combater as discriminações raciais que afligiam a população negra alagoana. Embora não fosse uma organização vinculada à Universidade, a ACZ ocupava um espaço de discussão dentro dela, por meio do Diretório Central dos Estudantes (DCE). Nesse momento, estabeleceu-se o viés de luta que a associação adotaria, focado no campo do ensino e da cultura, o que determinou suas principais pautas. Como é afirmado:

No movimento negro, tal característica seria definida como negritude, o que mostra a sintonia da Associação Cultural Zumbi com o movimento negro nacional. Isso é confirmado por um de seus militantes: “A bandeira principal da ACZ na década de 80, 81, 82, era essa (...) era a afirmação da cultura e do ser negro, da personalidade do negro (...).” (Marcelino — 15/ 10/ 2002).³⁷

Entretanto, os caminhos para um despertar coletivo da população negra em todo o estado de Alagoas não foram plenamente estabelecidos, já que a atuação da ACZ acabou se concentrando muito no Memorial Zumbi. Isso limitou outras possibilidades de ação. Não se trata aqui de questionar a importância do Memorial, como é explicado por Silva:

Não se trata aqui de questionarmos a importância da Serra da Barriga em seu significado simbólico, enquanto legado da luta negra pela liberdade. Mas sim de abordar a atitude de um movimento que se pretendia ‘lutar contra todas as formas de discriminação do homem alagoano, principalmente do negro, integrando-o na sociedade brasileira’ e ‘desenvolver, junto aos negros alagoanos, a busca da identidade negra e de seus valores culturais. (Silva, 2006, p. 4).

³⁶ BARBOSA, Vanda Maria Menezes. Vanda Maria Menezes Barbosa (depoimento, 2005). Rio de Janeiro, CPDOC/Fundação Getúlio Vargas (FGV), (2h 35min).

³⁷ SILVA, Jeferson da Um movimento negro em Alagoas: a Associação Cultural Zumbi. In: Barros, Rachel R. de Almeida; CAVALCANTI, Bruno César; SUASSUNA, Clara. Kilé Kulé. Maceió: Edufal, 2006, p. 97.

Contudo, um passo importante foi a capacitação de professores que a ACZ ofereceu, com apoio de órgãos estaduais, sobre a representação do 20 de novembro em contraponto ao 13 de maio. É necessário, porém, ressaltar que essas capacitações não abrangiam todo o território alagoano, o que dificultou a disseminação dessa conscientização para as comunidades negras mais carentes de Alagoas.

Nesse sentido, também houve críticas à ACZ por seu estreitamento de relações com o governo do estado e pela postura de alguns de seus militantes, que optaram pelo diálogo em vez de buscar o combate. Essa abordagem inibiu a construção de políticas de base e o acesso às regiões interioranas do estado. A urbanização do movimento, por sua vez, parece ter sido um ponto comum em todo o país, como destaca González: “Com isso estamos querendo ressaltar o seu caráter eminentemente urbano, uma vez que é o negro da cidade que, mais exposto as pressões do sistema dominante, aprofunda sua consciência racial.”³⁸

Entretanto, em Alagoas, essa característica se torna problemática, pois, além de o movimento ser urbano, ele também possuía um caráter acadêmico, dado o espaço de suas reuniões. Devido a isso, a população negra acabava não se inteirando das lutas que estavam ocorrendo, à medida que a atuação da ACZ se tornava cada vez mais isolada. Assim, compreende-se que a conjectura pela qual se deu a criação da Associação, principalmente, por um viés cultural, gerou uma lacuna no campo político. Isso explica a ausência de uma seção do MNU em Alagoas, apesar da presença de uma militância negra:

A seção do MNU não conseguiu se estabelecer aqui (...) porque ninguém quis assumir a politização da luta (...) As maiores lideranças que existiam não quiseram, não se propuseram a assumir a politização da luta. Não quiseram (...) fazer a transição da luta cultural para a luta política (...). (Marcelino — 15/ 10/ 2002).³⁹

Sendo assim, é importante destacar o contexto em que a ACZ estava inserida, uma vez que o estado de Alagoas é notadamente agrário, sendo controlado majoritariamente por fortes oligarquias e pela prática do coronelismo⁴⁰. Isso tornou extremamente difícil estabelecer uma luta efetiva contra o sistema vigente. Além disso, a construção do próprio Memorial Zumbi exigia a participação governamental, e, portanto, posicionar-se como uma extensão do MNU

³⁸ GONZALES, Lélia. HASENBALG, Carlos. Lugar de Negro – Rio de Janeiro: Marco Zero. 1982. p. 23.

³⁹ SILVA, Jeferson da. Um movimento negro em Alagoas: a Associação Cultural Zumbi. In: Barros, Rachel R. de Almeida; CAVALCANTI, Bruno César; SUASSUNA, Clara. Kilé Kulé. Maceió: Edufal, 2006, p. 96.

⁴⁰ O **Coronelismo** é um fenômeno da política brasileira ocorrido durante a Primeira República. Caracteriza-se por uma pessoa, o coronel, que detinha o poder econômico e exercia o poder local por meio da violência e trocas de favores.

coibia a formação de parcerias, dada a postura combativa do movimento em relação ao seu estilo de luta e resistência no país. Nesse sentido, líderes da Associação afirmavam:

Para Alagoas é uma rara oportunidade para se tornar, efetivamente, um polo de preservação e registro histórico. Resta, apenas, que nossas autoridades educacionais, culturais e político-administrativas, se conscientizem dessa importância não deixem que o Parque Nacional do Zumbi, seja apenas um local de um sítio ou lazer, a mais destinado a piqueniques, exploração comercial ou simples divertimento folclórico, esquecendo os elevados objetivos a que se propõe. É preciso haver uma realista colocação do conhecimento em favor de nossas raízes étnicas.⁴¹

Ou seja, o peso dessa fala está na questão do conhecimento. Mais uma vez, observa-se a busca pela valorização acadêmica e cultural da história negra, o que não é errado, mas que não foi suficiente para dissolver as lacunas que perpetuavam a discriminação racial no estado. Essa ênfase no campo cultural se sobrepôs à luta política. A partir disso, é possível perceber que as propostas culturais eram as mais comuns nos encontros, e se evidenciava a ausência de uma movimentação popular consistente.

Desta vez a 9ª Ação vai se dirigir não somente à comunidade local, no Poço, mas especificamente à comunidade negra do Estado de Alagoas. Vem com uma programação vasta, que são atividades onde os negros vão participar diretamente. A partir das 16:00 horas está programado um show de Capoeira de Angola com Mestre Cobrinha da Bahia; uma Feira de Cerâmica da comunidade negra de Muquém (União dos Palmares); Barracas com comidas típicas da cozinha Afro; Show de Samba de Roda do Ylê Aiê da Bahia; E a abertura do Bloco Olodum da Bahia.⁴²

Com o passar dos anos, conquistas importantes foram realizadas, como o tombamento da Serra da Barriga e a construção do primeiro NEAB (Núcleo de Estudos Afro-Brasileiros), do Brasil, que se tornou um importante agente educacional, tanto dentro quanto fora da Universidade Federal de Alagoas e se perpetuaria pelas décadas seguintes, ao contrário da ACZ. Contudo, as perdas também foram contabilizadas. Divergências públicas passaram a surgir à medida que se percebia o processo de estagnação do movimento:

O Movimento Negro em Alagoas está vivendo uma difícil fase. Usando uma expressão popular “a coisa tá preta”, observa-se que até mesmo na Universidade Federal de Alagoas, onde existe o Núcleo de Estudos Afro-brasileiros (NEAB) a situação não é fácil. Dizem até que a única coisa que cresce lá é o salário de seu diretor atualmente é de 140 Machado de Assis), graças a isonomia.

Os senhores companheiros precisam também rever as conclusões dos 4 grupos de trabalho do 1 Encontro Nacional sobre o Parque Nacional Histórico do Zumbi, reunião

⁴¹ Prefeito lança marco do Memorial Zumbi. **Jornal Gazeta de Alagoas**. 21 de novembro de 1981. p. 5.

⁴² Praça animada hoje: 13 de maio. **Jornal de Hoje**. 22 de novembro de 1986. p. 6.

ainda de 1980, promovida pela UFAL e que teve até representante do Itamarati. Hoje, em Alagoas, o negro não tem participação em qualquer nível de decisão estadual. (Rosivan Vanderlei).⁴³

Críticas como essa se tornaram comuns, inclusive entre os próprios membros da ACZ, já que a concentração na Serra levou ao tangenciamento da construção de uma política de base que teria possibilitado a expansão da organização e a participação política ativa da população negra. “Como é que ela é uma Associação que tenta discutir a questão do negro se a maioria da população negra está fora da Associação? Era essa a nossa grande contradição, o nosso grande problema.” (J. Roberto — 11/ 01/ 2003). No entanto, o desconforto gerado pelo comodismo deu lugar a rachaduras dentro da instituição, que, apesar disso, vale ressaltar, trouxe inúmeros benefícios à luta, principalmente no campo cultural da consciência negra na capital alagoana. Eventualmente, a ACZ foi dissolvida na década de 1990.

Portanto, ao concluir uma breve análise a respeito da atuação da ACZ, percebe-se que, apesar de ser a principal organização social voltada para a questão do negro em Alagoas, que possibilitou a abertura de um campo de discussão sobre a discriminação racial no estado, seu foco quase exclusivo no Memorial Zumbi e no Tombamento da Serra da Barriga gerou algumas críticas. Mesmo assim, é importante reconhecer que a luta sempre começa de algum lugar. Pode não ter começado no campo da política de base, mas sim no campo cultural, e foi imprescindível para as questões que se seguiram, como a atuação dos movimentos negros nacionais na educação, cobrando políticas públicas de reparação durante a redemocratização, assim como nos governos na década seguinte. Outro ponto que necessita de análise é a participação feminina neste movimento, tema que será explorado mais adiante nesta pesquisa.

⁴³ Zumbi: Sobras de uma reunião – II. **Jornal Gazeta de Alagoas**. 19 de novembro de 1987. p. 87.

4 A MULHER NEGRA EM MOVIMENTO: feminismo e antirracismo em Alagoas

É sabido que o movimento negro no Brasil passou por diversas fases ao longo da história nacional. Em muitas dessas fases, grandes lideranças se destacaram, tendo suas vozes amplificadas pelo país, como o caso do professor e ativista negro Abdias do Nascimento. Em Alagoas, a figura do professor Zezito de Araújo, enquanto presidente da Associação Cultural Zumbi e, posteriormente, diretor do NEAB/UFAL, destaca-se em relação a outros militantes. Como menciona Menezes: “V.A. – Quer dizer, Zezito tinha esse conhecimento? V.B. – Ele era, na verdade, a liderança que nós temos. Em primeiro lugar, é ele.” (BARBOSA, 2005, p. 32).

Mas e quanto à participação da mulher negra? A presença feminina dentro do movimento sempre foi uma questão a ser discutida. Isso porque, mesmo que elas estivessem ativamente envolvidas, seus nomes, até aquele momento, não recebiam a mesma visibilidade.

Inicialmente, as militantes relatam uma aceitação da invisibilização do papel da mulher negra dentro do movimento. Isso porque não havia uma imposição direta por parte dos homens. Contudo, destaca Irani Santana (VIEIRA, 2019, p. 18), essa invisibilização era, na verdade, uma reprodução de problemas sociais dentro de um movimento que lutava contra qualquer tipo de opressão do povo negro. Essa abordagem, porém, era feita de forma generalizada, desconsiderando os recortes e a atuação de mecanismos opressores específicos que impactavam os segmentos não homogeneizados.

A partir desse entendimento, militantes negras passaram a questionar o sexismo dentro do MNU. Nesse contexto, González⁴⁴ trouxe uma análise essencial sobre a “tripla militância” da mulher negra durante o regime militar:

“{...}, porém Lélia Gonzáles reafirma o papel da mulher negra, este envolta em uma tripla militância, seja em casa como cuidadora da família do homem negro, seja no movimento feminista a questionar a homogeneidade das propostas generalizantes das mulheres brancas ou ainda sua participação, porém visibilizada dentro do movimento negro e em específico, dentro do Movimento Negro Unificado.”⁴⁵

⁴⁴ Lélia Gonzalez (Belo Horizonte, 1 de fevereiro de 1935 — Rio de Janeiro, 10 de julho de 1994) foi uma intelectual, autora, ativista, professora, filósofa e antropóloga brasileira.[1] É uma referência nos estudos e debates de gênero, raça e classe no Brasil, América Latina e pelo mundo, sendo considerada uma das principais autoras do feminismo negro no país. Ademais, foi pioneira em pesquisas sobre Cultura Negra no Brasil e cofundadora do Instituto de Pesquisas das Culturas Negras do Rio de Janeiro (IPCN-RJ) e do Movimento Negro Unificado (MNU).

⁴⁵ VIEIRA, Décio de Oliveira. A EVIDÊNCIA DA MULHER NEGRA NO MOVIMENTO NEGRO UNIFICADO (SUBJETIVIDADES, TENSÕES E CONFLITOS). São Paulo. 2019. p. 11.



Lélia González

A militante ressalta as especificidades presentes na vivência das mulheres negras no Brasil. Para aprofundar essa compreensão, ela propôs a utilização do conceito de interseccionalidade⁴⁶, ferramenta que ajudou a entender e a estudar as particularidades das experiências das mulheres negras e que contribuiu para a construção de métodos eficazes no combate às problemáticas que afetam esse núcleo social.

Desde a reabertura política no governo Figueiredo, mulheres negras que já refletiam sobre esses aspectos teóricos assumiram a liderança de movimentos diversos, trazendo visibilidade às suas pautas. A história registra, por exemplo:

“Assim, há que se fazer uma retomada histórica específica com relação às mulheres, até para recolocar o feminino nesse processo e quem nos respalda é a Barbosa (2015), a qual em seu trabalho de mestrado, desenvolve o presente assunto e nos informa que em junho de 1975, no Congresso de Mulheres Brasileiras, eram apontadas algumas das especificidades da mulher negra por meio de um Manifesto da Mulher Negra, o qual foi retomado posteriormente no 1º Encontro de Mulheres Negras, realizado em São Paulo, em 1986, na sede do Conselho de Desenvolvimento e Participação da Comunidade Negra, evento no qual alinhou se pautas para o IX Encontro Nacional Feminista realizado em 1987 na cidade de Garanhuns (PE).”⁴⁷

Este momento marca um ponto de ruptura entre a mulher negra visibilizada e a mulher negra enquanto sujeito político, que não mais aceitava a condição de invisibilidade. González atribui essa transformação à construção de uma consciência política, baseada na constituição de uma identidade coletiva da mulher negra. Como a autora afirma: “Chegou ao ponto que as

⁴⁶ O termo interseccionalidade é um conceito sociológico preocupado com as interações e marcadores sociais nas vidas das minorias. Através dele é possível enxergar que em nossa sociedade existem vários sistemas de opressão – as de raça ou etnia, classe social, capacidade física, localização geográfica, entre outras-, que relacionam-se entre si, se sobrepõem e demonstram que o racismo, o sexismo e as estruturas patriarcais são inseparáveis e tendem a discriminar e excluir indivíduos ou grupos de diferentes formas.

⁴⁷ VIEIRA, Décio de Oliveira. A EVIDÊNCIA DA MULHER NEGRA NO MOVIMENTO NEGRO UNIFICADO (SUBJETIVIDADES, TENSÕES E CONFLITOS). São Paulo. 2019. p. 13.

mulheres passaram a se reunir separadamente para, depois, todos se reunirem numa sala maior, onde se discutia os problemas comuns. É claro que pintou machismo e paternalismo, mas também solidariedade e entendimento.” (GONZÁLEZ, 1982, p. 34–35). Nesse cenário, tiveram início os estudos voltados à trajetória dessa parcela numericamente expressiva da população brasileira. Desde as lutas na colônia, passando pelo período pós-abolição e pela resistência à ditadura, as mulheres negras fortaleceram as bases da resistência negra no país.

Sendo assim, é importante elucidar que a trajetória da mulher negra esteve historicamente atrelada, principalmente, a dois aspectos dentro do imaginário social. O primeiro é o da “mãe preta”, que durante a escravidão cuidava da casa do “sinhozinho” e das crianças brancas, papel revisitado no imaginário contemporâneo por meio da figura da empregada doméstica. Esse é um trabalho ainda majoritariamente desempenhado por mulheres negras, conforme destaca González: “Analisamos também a situação da mulher negra enquanto empregada doméstica no quadro da reprodução do racismo (inclusive por parte de muitas militantes brancas do movimento de mulheres).” (GONZALEZ, 1982, p. 63)⁴⁸. Esse cenário evidencia a manutenção de mecanismos discriminatórios intrínsecos à vivência da mulher negra no país. Some-se a isso, o segundo aspecto associado à mulher negra é o da “mulata”, frequentemente sexualizada e objetificada desde a colônia. Esse estigma, profundamente enraizado na cultura nacional, é explicado da seguinte forma:

“O destino da mulher negra no continente americano, assim como de todas as suas irmãs da mesma raça, tem sido, desde a sua chegada, ser uma coisa, um objeto de produção ou de reprodução sexual. Assim, a mulher negra brasileira recebeu uma herança cruel; ser não apenas um objeto de produção (assim como o homem negro também o era), mas, mais ainda, ser um objeto de prazer para os colonizadores. O fruto dessa covarde procriação é o que agora é aclamado como o único produto nacional que não pode ser exportado: a mulher mulata brasileira. Mas se a qualidade desse “produto” é tida como alta, o tratamento que recebe é extremamente degradante, sujo e desrespeitoso.”⁴⁹

Com isso, é possível observar o estabelecimento e a construção de conhecimentos teóricos que abordavam a perspectiva da mulher negra no Brasil a partir de suas próprias experiências. Entre os principais nomes que se destacaram nesse processo estão Lélia González,

⁴⁸ GONZALES, Lélia. HASENBALG, Carlos. Lugar de Negro – Rio de Janeiro: Marco Zero. 1982. p. 63.

⁴⁹ GONZALES, Lélia. HASENBALG, Carlos. Lugar de Negro – Rio de Janeiro: Marco Zero. 1982. p. 35–36.

Odete Carvalho, Ieda Leal⁵⁰, Edna Roland, Matilde Ribeiro e Sueli Carneiro⁵¹. Presentes desde a manifestação de 07 de julho de 1978, que deu origem ao MNU, essas mulheres estabeleceram-se como importantes lideranças no movimento, embora enfrentassem desafios significativos, como será analisado a seguir.



Lêda Leal



Sueli Carneiro

Nos anos de chumbo, a repressão estatal cresceu exponencialmente, resultando na perseguição de qualquer tipo de manifestação contrária ao governo vigente. Diversas lideranças nacionais foram forçadas ao exílio. No contexto dos movimentos negros, a desarticulação do TEN, criado por Abdias do Nascimento, marcou um momento de ruptura nas lutas contra a discriminação racial no Brasil. Esse cenário propiciou uma nova configuração de resistência e o surgimento de novos nomes, com forte participação feminina, culminando na criação do Movimento Negro Unificado.

“Para a formação dessa rede de ativismo, as ativistas negras foram centrais, porque transitavam nesses diferentes círculos de mobilização, agenciando as ideias políticas, traduzidas naqueles anos pela luta contra o racismo e o sexismo. Lélia Gonzalez foi a

⁵⁰ Quando se fala da luta contra o preconceito e a favor de ações voltadas à promoção da equidade racial no Brasil, o nome da professora Iêda Leal vem à mente pelo histórico que esta mulher tem na história do movimento negro no Brasil. Ex-presidente do Sindicato dos Trabalhadores em Educação do Estado de Goiás (Sintego), coordenadora nacional do Movimento Negro Unificado (MNU), secretária de Gestão do Sistema Nacional de Promoção da Igualdade Racial e secretária de combate ao racismo da Confederação Nacional dos Trabalhadores em Educação (CNTE), Iêda aproveita o Dia Internacional da Mulher Negra, Latino-Americana e Caribenha para falar um pouco sobre a história de luta do povo preto e caribenho ao longo dos séculos.

⁵¹ Aparecida Sueli Carneiro (São Paulo, 24 de junho de 1950) é uma filósofa, escritora e ativista antirracismo do movimento social negro brasileiro.[1][2] Sueli Carneiro é fundadora e atual diretora do Geledés — Instituto da Mulher Negra e considerada uma das principais autoras do feminismo negro no Brasil.[3][4] Possui doutorado em Educação (na área de Filosofia da Educação) pela Universidade de São Paulo (USP).[2] Ela foi a primeira mulher negra a receber o título de doutora honoris causa da Universidade de Brasília.

intelectual orgânica que melhor expressou essa conexão ao insistir nas alianças entre raça, classe e sexo (Ratts e Rios, 2010).”⁵²

Apesar disso, as demandas das mulheres dentro dessas organizações frequentemente eram colocadas em segundo plano, como também ocorria em outros movimentos sociais que surgiram durante a ditadura. Essas organizações propunham uma luta de pessoas negras para pessoas negras, mas ainda mantinham alianças com outros segmentos contrários ao regime militar. Nesse sentido, o historiador Décio de Oliveira esclarece:

Com relação à participação das mulheres no Movimento Negro Unificado, observa-se, não raro, as militantes negras acumulavam participações em outras frentes, como o Movimento Feminista e o nascente Movimento de Mulheres Negras estabelecido a partir dos anos 80, movimento esse com preocupações e demandas que antecederiam sua fundação por meio de alertas anteriores presentes no discurso de Lélia Gonzáles e Sueli Carneiro, precursoras do Movimento Negro e do Movimento de Mulheres Negras nos anos de 1980.⁵³

A necessidade da criação de um movimento de mulheres negras evidencia um problema intrínseco ao MNU, que, apesar de seu impacto em diversos estados, apresentou uma representação feminina em posição de liderança extremamente reduzida. Apesar da fecundidade do movimento, o número de mulheres negras ocupando presidências ou cargos de destaque dentro das organizações era infinitamente inferior ao dos homens. Em Alagoas, por exemplo, a ACZ reconhecida como a instituição mais atuante do movimento negro no estado, contou, em sua fundação, com a participação de apenas duas mulheres negras, conforme destacado: “Na ocasião, após uma reunião com 33 pessoas (31 homens negros e 2 mulheres negras), a ACZ se constituiu enquanto um dos principais grupos políticos do Estado de Alagoas, que tinha como objetivo o combate ao racismo.” (MARQUES e CORREIA, 2022, p. 7). Segue o relato de uma das militantes da associação sobre as motivações que levaram à criação da ACZ:

As primeiras pessoas que se reuniram, a maioria era de nível universitário e, todos nós passando pelo colégio primário, colégio secundário. Chegando à Universidade dava pra notar a quantidade de negros que chegava a estudar (...) eram poucos e o questionamento era: por que tão poucos? Por mais que o Brasil diga que não há discriminação racial, por que o acesso do negro era tão limitado? (...) Então esses

⁵² RIOS, Flávia. *Protesto Negro no Brasil contemporâneo (1978-2010)*. Lua Nova, São Paulo. 2012. p. 47.

⁵³ VIEIRA, Décio de Oliveira. *A EVIDÊNCIA DA MULHER NEGRA NO MOVIMENTO NEGRO UNIFICADO (SUBJETIVIDADES, TENSÕES E CONFLITOS)*. São Paulo. 2019. p. 7.

questionamentos sempre vinham na cabeça (...) E por que não lutar? (Silvete — 14/11/2002).⁵⁴

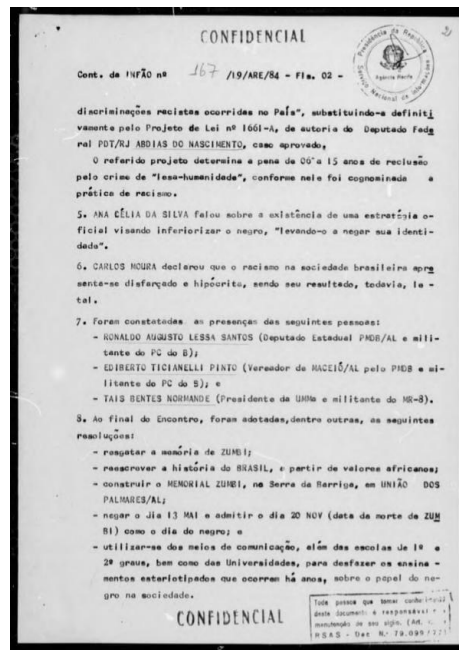
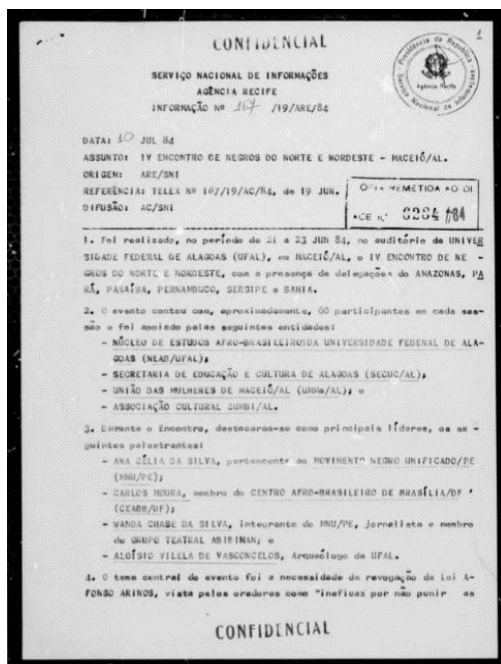
Esse depoimento reflete a preocupação central dos militantes nesse período, que se concentrava predominantemente na relação entre racismo e desigualdade social, sobretudo no âmbito educacional. No entanto, essa análise apresentava lacunas significativas, uma vez que não expandia essas reflexões para abarcar outro aspecto igualmente importante: o machismo. Dessa forma, a análise proposta pela associação tornou-se incompleta, pois não incorporava uma autocrítica sobre a baixa adesão de mulheres negras ao movimento.

A ausência de mulheres negras na militância ativa pode ser atribuída ao impacto combinado do racismo e da desigualdade social, que restringia suas oportunidades de acesso, especialmente no ambiente acadêmico, onde a presença da mulher negra era ainda menos frequente que a do homem negro. Essa exclusão sistemática perpetuava os preceitos machistas na sociedade e dentro dos movimentos nacionais, onde a mulher negra era muitas vezes relegada ao papel de cuidadora do lar, enquanto os homens — filhos, esposos ou pais — assumiam a frente da luta militante.

As participações femininas alagoanas no Encontro de Negros do Norte e Nordeste, realizado em Alagoas em 1984, foram marcadas, principalmente, pela presença e fala de mulheres filiadas a movimentos contrários à ditadura, como partidos políticos, movimentos feministas e movimentos negros, mas, em sua maioria, provenientes de outros estados. Isso ocorreu mesmo diante da adesão de militantes negras à Associação, como destacado por Vanda Menezes ao mencionar alguns nomes que integraram a ACZ: “Socorro França, Zezito Araújo, Fátima Viana, Silvete Gaudino, Marcelino, Edson Moreira, Gilvan, Francisco André Batista, Mariano, Roseane, Evila, Luís... Existia um grupo de mais de trinta pessoas. Militantes que trabalhavam mesmo, pegavam na massa”⁵⁵. No entanto, a representatividade feminina alagoana no evento foi ofuscada pela expressividade de participantes de fora da associação, como é observado em documentos da época:

⁵⁴ SILVA, Jeferson da Um movimento negro em Alagoas: a Associação Cultural Zumbi. In: Barros, Rachel R. de Almeida; CAVALCANTI, Bruno César; SUASSUNA, Clara. Kilé Kulé. Maceió: Edufal, 2006, p. 94.

⁵⁵ BARBOSA, Vanda Maria Menezes. Vanda Maria Menezes Barbosa (depoimento, 2005). Rio de Janeiro, CPDOC/Fundação Getúlio Vargas (FGV), p. 24.



Documentos do SNI a respeito do IV Encontro de Negros do Norte e Nordeste – Maceió/AL. 10 de julho de 1984.

Na presença e fala das participantes do MNU/PE convidadas do Encontro:

“- ANA CÉLIA DA SILVA, pertencente ao MOVIMENTO NEGRO UNIFICADO/PE (MNU/PE); - WANDA CHASE DA SILVA, integrante do MNU/PE, jornalista e membro do GRUPO TEATRAL ABIBIMAN {...}” “ANA CÉLIA DA SILVA falou sobre a existência de uma estratégia oficial visando inferiorizar o negro, “levando-o a negar sua identidade.”

A participação efetiva das mulheres negras alagoanas continuou ausente, no quesito de produção historiográfica. Na época, diversos discursos destacavam a importância de evidenciar a contribuição da mulher negra no desenvolvimento dos movimentos negros nacionais, especialmente em Alagoas, onde havia, sim, presença feminina na ACZ.

Houve, nesse período, uma tentativa de união entre as mulheres negras do Norte e Nordeste: “E a gente tinha uma coisa chamada Encontro Norte-nordestino de Negros, todos os anos. Então, era perfeito. Em 1984, a gente faz em Maceió. E é ali que as mulheres negras se encontram e resolvem sair do movimento misto e fazer o movimento de mulheres negras.”

(BARBOSA⁵⁶, 2005, p. 27). Entretanto, essa tentativa não avançou significativamente em termos de pautas femininas dentro da organização. Além disso, a falta de mobilidade para sustentar a articulação política prejudicou a continuidade do movimento:

Foi isso que eu acho que se perde. Porque é como o feminista: a gente passou dez anos sem ter Feminista e foi para o Pará. Quando decidiu que o Feminista ia para o Pará, a gente passou quase dez anos sem Feminista. Porque até que se rearticule a coisa... E, no caso do movimento feminista, a gente se rearticulou pela necessidade de continuar se encontrando. E eu não sei se a gente teve esse pensamento em 1990, de se rearticular.⁵⁷



Vanda Menezes

Apesar de não ter tido continuidade, a intenção colocada na criação de um movimento feminista focado na mulher negra nortista e nordestina foi fundamental para mudanças futuras. Em parte, isso chamou a atenção para a liderança feminina negra, fortemente presente nas lutas relacionadas ao Memorial Zumbi, como exemplificado pela socióloga e ativista Lélia González. Utilizando-se de um método de aproximação e cooperação mútua com participantes de outros movimentos, González consolidou sua influência no território estadual:

Em Alagoas, as ligações de Lélia Gonzales estão diretamente identificadas com a deputada Selma Bandeira, do Partido do Movimento Democrático Brasileiro PMDB.

⁵⁶ Vanda Menezes, mulher negra, alagoana, psicóloga, militante do movimento negro, feminista e a primeira secretária da mulher do estado de Alagoas. Mulher atuante na luta por direitos da população negra a partir da sua participação em movimentos sociais e em lugares de gestão política. Os estudos e discussões étnico-raciais, no Brasil, vêm adquirindo espaço e possibilitando expressar outras narrativas sobre a história da população negra, revigorando o debate sobre sua condição social e efetiva participação na construção da cultura brasileira.

⁵⁷ BARBOSA, Vanda Maria Menezes. Vanda Maria Menezes Barbosa (depoimento, 2005). Rio de Janeiro, CPDOC/Fundação Getúlio Vargas (FGV), p. 33.

Ela justifica essa aproximação pela condição de ambas pertencerem ao Conselho Nacional de Defesa da Mulher.⁵⁸

Essa prática provou-se bastante eficaz. Em um estado onde a principal pauta do movimento era cultural e identitária, sentia-se a necessidade de abordagens específicas para mulheres negras, que seriam estabelecidas em momentos posteriores. Para isso, foi essencial manter as ligações com lideranças femininas negras de âmbito nacional, buscando assegurar o cumprimento de leis e reivindicações voltadas para a mulher negra enquanto sujeito político em Alagoas. Essa postura já era observada desde a concepção da retomada de Palmares, momento em que mulheres negras, como González, começaram a inserir discussões sobre a posição da mulher dentro do quilombo:

Mas cabe a mulher negra aqui uma pergunta: onde é que a mulher negra entra nesse papo? Será que vamos falar de Dandara ou de Luísa Mahim? Não especialmente mais enquanto quilombolas, não há dúvida. É claro que aqui o termo está sendo tomado num sentido metafórico mesmo. A mulher negra tem sido quilombola exatamente porque a ela, podemos dizer que a identidade cultural brasileira passa necessariamente pelo negro.⁵⁹

Essa fala exemplifica a importância da mulher negra na luta contra o sistema desde a colonização, ao desempenhar um papel de combate efetivo dentro dos quilombos. Além disso, Duarte (2023) destaca a ressignificação do termo “mãe preta” dentro do movimento, considerando o papel desempenhado por essas mulheres ao maternar crianças brancas. Essa função gerou uma troca cultural e contribuiu para o enraizamento de elementos da cultura negra na sociedade brasileira. Mesmo nesse espaço de subordinação, a mulher negra continuou a ser um agente político presente:

“Segundo Lélia, a mulher negra é uma herdeira quilombola porque, independente dos lugares que ocuparam, sendo elas mulheres negras conhecidas ou anônimas, lutaram contra o racismo, machismo ou sexismo. Levando sua cultura e sua fé e preservando, assim, a sobrevivência do povo negro enquanto raça e cultura. (Gonzalez, 2020 p.182).”⁶⁰

Com o foco colocado pelas mulheres no movimento, os homens passaram a compreender melhor suas demandas e a conexão dessas reivindicações com a luta contra um

⁵⁸ Líder negra quer Brizola presidente da República. Jornal Gazeta de Alagoas. 22 de novembro de 1985. P.3.

⁵⁹ Folhetim, São Paulo, 22/11/1981.

⁶⁰ DUARTE, Tâmara Elizabeth do Nascimento. Memorial Zumbi: o movimento negro e o I Simpósio Nacional sobre o Quilombo dos Palmares (1981). 2023. p. 28.

sistema que perpetuava a discriminação racial. Essa discriminação era sentida de maneiras diferentes conforme gênero, classe e cor, o que levou a uma mudança de perspectiva nas lideranças masculinas do movimento. Essa transformação pode ser evidenciada no discurso de José de Paiva Neto:

Respondo: Todos sabem que a Mulher de cor servia de pasto para o covarde abuso do “sinhorzinho”, do fazendeiro, do feitor... E, depois, era jogada fora, como se faz com trapo, os seus filhos vendidos como escravos para lugares bem distantes, porque, o “sinhorzinho”, o fazendeiro e o feitor não queriam que ficasse a prova da ofensa contra a mulher de cor, ou, simplesmente, vendiam os próprios filhos mestiços para ganhar dinheiro. Mas será que o fim desse cativeiro chegou mesmo? A SENZALA CONTINUA: Izabel assinou com o melhor do coração a Lei Áurea, mas o espírito de Senzala continuou. Ainda hoje a mulher de cor, muitos só querem dar um valor exótico, ela tem de rebolar bastante e ser muito explorada... Rebolar ou cozinhar... A SENZALA VAI ACABAR: Mas isso vai acabar, porque o espírito de senzala tem os seus dias contados. A mulher de cor tem grande dignidade, e muito talento, e muito valor, e vai acender aos poucos mais elevados, por sua competência sem precisar humilhar-se, exibindo-se como carne no açougue para os modernos “sinhorzinhos” brancos, negros e mestiços que ainda hoje aí estão. Não queremos ofender ninguém, mas a mulher não é escarradeira pública. Não combatemos pessoas. Lutamos contra o vergonhoso estado de coisas que se nega a reconhecer o valor do negro e da mulher, principalmente da mulher negra, situação com a qual ninguém se pode conformar. Por que não, também a mulher de cor – médica, engenheira, psicóloga, professora, atriz, publicitária, economista, pregadora, advogada, deputada, senadora, presidente da República?⁶¹

Essa fala elucida uma nova tomada de consciência por parte dos movimentos negros nacionais em relação às lutas que as mulheres negras já vinham travando. Não se pode pensar na formação de uma identidade coletiva negra sem considerar suas especificidades, incluindo o sexismo que afetava a mulher negra, assim como o mais tímido movimento homossexual, que também começava a se organizar: “e nas alianças conquistadas junto aos movimentos de base indenitária não classista, como o movimento feminista e, mais discretamente, a emergente mobilização dos homossexuais.” (RIOS, 2012, p. 47). Nesse ponto, retorna-se à reflexão do primeiro capítulo desta pesquisa sobre a necessidade de formar alianças com outros movimentos. Mais do que isso, torna-se fundamental desenvolver um olhar crítico dentro do próprio movimento, reconhecer suas falhas e trabalhar a interseccionalidade para superá-las.

Sob esse prisma, é relevante refletir sobre a questão de Zezé Motta, atriz e cantora negra, politicamente articulada e engajada com movimentos sociais nacionais. Zezé recebeu duras críticas do movimento negro pelo papel que desempenhou em Xica da Silva (1976). Foi necessária a clareza e firmeza de militantes negras femininas, como Lélia González, para defender a atriz, enfatizando que ela interpretou o papel que lhe foi oferecido. González ressaltou a necessidade de redirecionar as críticas àqueles que decidiram como a imagem das

⁶¹ Lei Áurea – José de Paiva Neto. **Jornal de Hoje**. 17 de novembro de 1986. p. 4.

pessoas negras seria representada no filme. Apesar dessas turbulências, que mais uma vez evidenciaram o tratamento dado à mulher negra, Zezé Motta participou do I Simpósio sobre o Quilombo dos Palmares. Na ocasião, ela refletiu sobre o racismo enfrentado ao longo de sua carreira, destacando como ele se manifestava na atribuição de papéis, no tratamento durante as gravações e nas diferenças salariais, sendo as mulheres negras as mais prejudicadas. Ainda assim, ela salientou a importância do movimento negro na luta contra a discriminação racial no Brasil:

GAZETA – Como está a situação do negro, hoje, no Brasil?

ZEZÉ – Acho que é de inquietação. Houve uma acomodação muito grande. Depois veio uma fase de queixas e lamentações, que não mudava muito as coisas. Agora, acho que estamos partindo pra lutar, denunciando a discriminação racial no Brasil e originando contra este estado de coisas.⁶²

Com a perspectiva de inquietude do povo negro e o fim da “acomodação”, a década de 1980 foi marcada por um processo de construção e ruptura dentro das organizações negras: “Era muito de assimilação. Os anos 80 eram de transformação. Ou a gente ia para a rua dizer o que a gente queria, como queria... E muita ação. A gente fez muita ação. Pelo menos na minha terra, no Nordeste. Não posso avaliar aqui.” (BARBOSA, 2005, p. 45). Como já explicado no capítulo anterior, compreender a formação e atuação da ACZ em sua totalidade é fundamental. Porém, igualmente importante analisar suas minúcias, como a presença e atuação das mulheres negras dentro da organização. Um aspecto pouco difundido nos escritos historiográficos é o fato de que, em seus últimos anos, a ACZ foi presidida por uma mulher negra, Vanda Menezes:

A.P. – Você comentou rapidamente que foi presidente da Associação Cultural Zumbi. V.B. – Foi. De 1989 a 1991. A.P. – Eram mandatos... V.B. – Foi o Zezito, Silvério, depois eu. V.A. – E depois de 1991, quem foi? V.B. – Ela se desarticulou. Não teve mais eleição.⁶³

Nesse período, já ocorriam dissidências que impactaram os membros restantes. Além disso, o 20 de novembro de 1991 foi prejudicado pela ausência de repasse de verbas, o que afetou diretamente Menezes enquanto presidente da associação. Ela explica: “O projeto aprovado e eles não mandaram o dinheiro. Isso desarticula a Associação. Eu tenho que dar um

⁶² Zezé Motta fala de política, negritude e cinema. **Jornal Gazeta de Alagoas**. 22 de novembro de 1981. p. 3.

⁶³ BARBOSA, Vanda Maria Menezes. Vanda Maria Menezes Barbosa (depoimento, 2005). Rio de Janeiro, CPDOC/Fundação Getúlio Vargas (FGV), p. 41.

jeito de pagar essas pessoas. E muitas delas não receberam, perdoaram, porque viram que não tinha como.” (BARBOSA, 2005, p. 20). Contudo, a militante afirma manter proximidade com antigos membros da ACZ, destacando que, mesmo atuando em diferentes organizações, continuam lutando pela mesma causa em suas respectivas profissões em prol do povo negro.

Portanto, destacar a atuação de militantes negras em Alagoas compõe uma tentativa, ainda que breve, de amenizar discrepâncias historiográficas a respeito do papel desempenhado por mulheres politicamente e intelectualmente preparadas para discutir a construção de uma sociedade igualitária durante os anos da ditadura civil-militar. Além disso, essas múltiplas articulações foram indispensáveis para a atuação de movimentos feministas nos anos seguintes. Um exemplo marcante é mencionado por Barbosa:

E aí tem que citar: Hildésia Medeiros e Vânia Santana que, na discussão para que se convoque o primeiro encontro de mulheres do Brasil inteiro para discutir Beijin, elas dizem: ‘Bom, se tem cinquenta passagens, 25 são para negras, 25 para brancas.’ E isso, na minha leitura, é um marco da inserção das mulheres negras no movimento feminista. (BARBOSA, 2005, p. 42).

Esse momento deu início a um novo processo de construção de pautas que consideravam as especificidades da sociedade brasileira, adotando a perspectiva da interseccionalidade e observando as divisões políticas mais evidentes no país.

5 CONCLUSÃO

A reorganização dos movimentos sociais durante a reabertura dos anos 1970 tem sido um tema de interesse para diversos pesquisadores, destacando-se, entre eles, a atuação e o legado do Movimento Negro Unificado (MNU), com ênfase no estado de Alagoas durante o período da ditadura civil-militar. Nesse contexto, é possível identificar as dificuldades enfrentadas pelos movimentos negros em uma sociedade marcada pelo racismo estrutural e pela invisibilidade das questões raciais, por meio de diversas fontes.

Durante a ditadura, o governo promoveu o mito da “democracia racial”, criado nos anos 1930 e amplamente difundido através da política de branqueamento da época, para legitimar o regime internacionalmente, ao mesmo tempo em que reprimia movimentos que denunciavam o racismo. A discriminação racial era silenciada, sendo considerada, na época, como um crime de subversão. Apesar das adversidades, o MNU emergiu como uma voz potente contra a opressão racial, articulando demandas como o combate à violência policial, a inclusão da história africana e afro-brasileira nas escolas e a busca pela igualdade de direitos. Em Alagoas, organizações relacionadas ao Memorial Zumbi se destacaram na luta pelo tombamento da Serra da Barriga, um importante marco histórico afro-brasileiro.

O movimento negro, nesse período, também procurou estabelecer alianças com outros grupos oprimidos, como o movimento feminista, os trabalhadores e os partidos socialistas, visando a superação do racismo estrutural. A atuação do MNU em todo o território brasileiro reflete a resistência e a luta por justiça social e igualdade racial, evidenciando a importância da reconstrução da narrativa histórica e cultural afro-brasileira, desde a educação até a concepção das leis que regem o país.

Diante desse contexto, surge a necessidade de discutir a importância da atuação do movimento negro em Alagoas, especialmente em relação ao Memorial Zumbi e ao Tombamento da Serra da Barriga. Esses marcos trouxeram uma atenção significativa para o estado, principalmente com a realização do Simpósio Nacional sobre o Quilombo dos Palmares, em 1981, que se consolidou como um evento de grande relevância. O simpósio reuniu líderes e intelectuais para discutir a história e a importância do quilombo.

Embora não houvesse uma filial do MNU em Alagoas, a principal representação de luta e resistência negra no estado foi a Associação Cultural Zumbi (ACZ), que desempenhou um papel crucial na luta pela valorização da cultura negra, na construção do Memorial Zumbi e na conquista do Tombamento da Serra da Barriga. No entanto, sua concentração nessas questões culturais pode ter limitado sua atuação política em outras frentes.

Apesar das conquistas, como o tombamento da Serra da Barriga e a criação do primeiro Núcleo de Estudos Afro-Brasileiros (NEAB) no Brasil, a ACZ recebeu críticas por seu foco restrito e por sua proximidade com o governo estadual. Contudo, é importante ressaltar que, mesmo diante dessas críticas, a ACZ abriu caminho para discussões sobre discriminação racial em Alagoas, e desempenhou um papel fundamental na conscientização e valorização da cultura negra na região.

Outro aspecto relevante na trajetória do movimento negro no Brasil é a participação das mulheres negras, especialmente em Alagoas. No entanto, essa participação foi, inicialmente, invisibilizada, mesmo dentro de um movimento que lutava contra a opressão racial. Irani Santana destaca a necessidade de reconhecer as especificidades das mulheres negras e critica a generalização no tratamento das questões de gênero dentro do MNU. Essa invisibilidade gerou o impulso para que as mulheres negras se organizassem e lançassem luz sobre suas demandas específicas. Exemplos disso são o Congresso de Mulheres Brasileiras em 1975 e o 1º Encontro de Mulheres Negras em 1986. A Associação Cultural Zumbi, principal instituição do movimento negro em Alagoas, teve uma participação limitada de mulheres em sua fundação, embora a presença feminina fosse marcante dentro da associação.

Em síntese, as décadas de 1970 e 1980 foram marcadas por rupturas políticas e governamentais, refletidas socioculturalmente, resultando, entre outras coisas, na reorganização dos movimentos negros. Este período trouxe uma maior conscientização sobre as questões de gênero e a necessidade de alianças com outros movimentos sociais. A atuação de líderes nacionais, como Lélia González, e representações artísticas, como Zezé Motta, foi fundamental para enfatizar as questões enfrentadas pelas mulheres negras e mobilizar a luta contra o racismo e o sexismo no Brasil. Essa fase foi de extrema importância para a consolidação dos estudos interseccionais e para a compreensão das diversas formas de opressão enfrentadas pelo povo negro, marcando a busca por uma perspectiva de governo mais justa, capaz de semear uma sociedade verdadeiramente igualitária e livre de qualquer forma de preconceito e repressão.

REFERÊNCIAS

- “APARTHEID” LÁ E “APARTHEIDS” CÁ.** Jornal Gazeta de Alagoas, Alagoas, 22 nov. 1985, p. 7.
- Barbosa, Vanda Maria Menezes. **Vanda Maria Menezes Barbosa (depoimento, 2005).** Rio de Janeiro: CPDOC/Fundação Getúlio Vargas (FGV), p. 24-46.
- Chaves Condena o Racismo no Brasil.** Jornal de Hoje, Alagoas, 05 nov. 1980, p. 1.
- D. Fanelon diz que a igreja não discrimina.** Jornal Gazeta de Alagoas, Alagoas, 21 nov. 1981, p. 5.
- Delegação da Bahia foi a mais numerosa.** Jornal Gazeta de Alagoas, Alagoas, 21 nov. 1981, p. 5.
- Dia da Consciência Negra.** Jornal de Hoje, Alagoas, 22 nov. 1986, p. 4.
- Direitos Sociais do povo precisam de reconceituação, afirma prof. Hélio Santos.** Jornal de Hoje, Alagoas, 20 nov. 1985, p. 2.
- Domingues, Petrônio. **Movimento Negro Brasileiro: alguns apontamentos históricos.** *Tempo*, v. 12, p. 116-117, 2007.
- Duarte, Tâmara Elizabeth do Nascimento. **Memorial Zumbi: o movimento negro e o I Simpósio Nacional sobre o Quilombo dos Palmares (1981).** 2023, p. 10-33.
- E na seleção brasileira?.** Jornal Gazeta de Alagoas, Alagoas, 1985, p. [incompleto, adicionar número da página].
- González, Lélia; Hasenbalg, Carlos. **Lugar de Negro.** Rio de Janeiro: Marco Zero, 1982, p. 17-63.
- Hasenbalg, Carlos; Silva, Nelson do Valle. **Educação e diferenças raciais na mobilidade ocupacional.** In: HASENBALG, Carlos; SILVA, Nelson do Valle; LIMA, Maria Lucia (orgs.). *Cor e estratificação social.* Rio de Janeiro: Marco Zero, 1999, p. 73.
- Lei Áurea – José de Paiva Neto.** Jornal de Hoje, Alagoas, 17 nov. 1986, p. 4.
- Zezé Motta fala de política, negritude e cinema.** Jornal Gazeta de Alagoas, Alagoas, 22 nov. 1981, p. 3.
- Líder negra quer Brizola presidente da República.** Jornal Gazeta de Alagoas, Alagoas, 22 nov. 1985, p. 3.
- Marques, Douglas; Lima da Silva Correia, Rosilda. **O Movimento Negro, o NEABI/UFAL e a implementação do Programa de Políticas de Ações Afirmativas da Universidade Federal de Alagoas (2003-2022).** *Escritas Do Tempo*, v. 4, n. 10, p. 23-45, 2022. Disponível em: <https://doi.org/10.47694/issn.2674-7758.v4.i10.2022.2345>.

Monteiro, Diana. **A trajetória de resistência e conquistas de um ativista referência na causa negra: Docente aposentado, Zezito Araújo completou 70 anos de vida.** *Portal de notícias UFAL*, 20 maio 2022

Nascimento, Beatriz. **O conceito de quilombo e a resistência cultural negra.** In: RATTS, Alex (Org.). *Eu sou Atlântica: sobre a trajetória de Beatriz Nascimento*. [S.l.]: [s.n.], [s.d.], p. 47.

Praça animada hoje: 13 de maio. *Jornal de Hoje*, Alagoas, 22 nov. 1986, p. 6.

Prefeito lança marco do Memorial Zumbi. *Jornal Gazeta de Alagoas*, Alagoas, 21 nov. 1981, p. 5.

Professores realizam nova assembleia hoje. *Jornal de Hoje*, Alagoas, 20 nov. 1981, p. 3.

Professores Seguem em Greve com apoio de Movimento Negro. *Jornal de Hoje*, Alagoas, 20 nov. 1981, p. 1.

Rios, Flávia. **O protesto negro no Brasil contemporâneo (1978-2010).** *Lua Nova*, [s.d.], p. 46-55.

Rita, Edvaldo de Souza. **Uma Raça Aperreada.** *Jornal Gazeta de Alagoas*, Alagoas, 07 nov. 1980, p. 4.

Santos, Irineia Maria Franco dos. **“Nos domínios do Xangô”: Religiões Afro-brasileiras em Alagoas e a memória do Quebra de Xangô (1912-1980).** [S.l.]: [s.n.], [s.d.], p. 8.

Silva, Jeferson da. **Um movimento negro em Alagoas: a Associação Cultural Zumbi.** In: BARROS, Rachel R. de Almeida; CAVALCANTI, Bruno César; SUASSUNA, Clara (Orgs.). *Kilé Kulé*. Maceió: Edufal, 2006, p. 93-97.

Silva, Maria Carolina Lins da Costa. **DIREITOS HUMANOS: VIOLÊNCIA CONTRA A MULHER E RELAÇÕES RACIAIS NAS PÁGINAS DO MULHERIO (1980 – 1988).** [S.l.]: [s.n.], 2023, p. 11.

Silva, Tairane Ribeiro da. **Apontamentos sobre o apagamento da população negra no relatório da Comissão Nacional da Verdade – 2014.** [S.l.]: [s.n.], 2020, p. 2.

Tombamento da Serra da Barriga: o grande acontecimento cultural. *Jornal de Hoje*, Alagoas, 19 nov. 1985, p. 2.

Teotônio participa do Simpósio sobre “Quilombos dos Palmares”. *Jornal de Hoje*, Alagoas, 14 nov. 1981, p. 5.

UFAL garante não punir os professores grevistas. *Jornal de Hoje*, Alagoas, 21 nov. 1981, p. 1.

Vieira, Décio de Oliveira. **A EVIDÊNCIA DA MULHER NEGRA NO MOVIMENTO NEGRO UNIFICADO (SUBJETIVIDADES, TENSÕES E CONFLITOS).** [S.l.]: [s.n.], 2019, p. 07-13.

Zezé Motta fala de política, negritude e cinema. Jornal Gazeta de Alagoas, Alagoas, 22 nov. 1981, p. 3.

Zumbi: Sobras de uma reunião – II. Jornal Gazeta de Alagoas, Alagoas, 19 nov. 1987, p. 87.